

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS – ICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



DISSERTAÇÃO

**MERCADOS, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: Os
canais curtos de comercialização no município de Piratini-RS**

LUCIANA VENZKE PRANKE

Pelotas, 2016.

LUCIANA VENZKE PRANKE

MERCADOS, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: Os canais curtos de comercialização no município de Piratini-RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giancarla Salamoni

Pelotas, 2016.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

P899m Pranke, Luciana Venzke

Mercados, organizações sociais e agricultura familiar :
os canais curtos de comercialização no município de
Piratini-RS / Luciana Venzke Pranke ; Giancarla Salamoni,
orientadora. — Pelotas, 2016.

113 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Geografia, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Canais curtos de comercialização. 2. Organizações
sociais. 3. Mercados institucionais. 4. Assentamentos. 5.
Agricultura familiar. I. Salamoni, Giancarla, orient. II.
Título.

CDD : 307.72

LUCIANA VENZKE PRANKE

MERCADOS, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: Os canais curtos de comercialização no município de Piratini-RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Data de aprovação: 28/06/2016

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Giancarla Salamoni – Universidade Federal de Pelotas (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Maria Regina Caetano Costa – Universidade Federal de Pelotas-UFPEL

Prof^a. Dr^a. Jussara Mantelli – Universidade Federal do Rio Grande-FURG

Prof. Dr. Mauricio Meurer – Universidade Federal de Pelotas (Suplente)

Agradecimentos

Aos meus pais que sempre me incentivaram e deram força, e souberam compreender a minha ausência para a realização deste trabalho. Vocês são meu exemplo.

A minha irmã Lenise, pelo amor e cumplicidade. Obrigada por estar ao meu lado, sempre.

Ao meu esposo Luis Henrique que dividiu comigo os momentos difíceis e também as alegrias, pelo amor, apoio, incentivo e companheirismo.

Aos colegas da EMATER de Piratini que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Aos agricultores assentados do município de Piratini que me inspiraram na realização deste trabalho.

A minha orientadora Giancarla Salamoni, pelas orientações, pela paciência e compreensão nos momentos difíceis.

Enfim, a todos que participaram da construção deste trabalho.

RESUMO

PRANKE, Luciana Venzke. Mercados, **Organizações Sociais e Agricultura Familiar: Os Canais Curtos de Comercialização no Município de Piratini-RS.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia), 113 páginas, 2016

O estudo pretende compreender como se estruturam os mercados locais, a partir das relações sociais, e a importância dos canais curtos para comercialização dos produtos da agricultura familiar no município de Piratini-RS. Para tanto, considera-se o mercado como um ambiente de construção social, onde se estabelecem trocas entre os indivíduos, produto da interação entre os diversos sujeitos envolvidos, produtores e consumidores, abordando a importância dos canais curtos de comercialização para a os produtos oriundos da agricultura familiar. Entende-se que através destes canais muitas famílias conseguem garantir a sua renda monetária, permitindo a sua reprodução como categoria social e permanência no território. Os canais curtos, por sua vez, ocorrem quando a comercialização é realizada diretamente entre produtor e consumidor. Com isso verifica-se a importância da compreensão das relações com as organizações coletivas presentes nos assentamentos de reforma agrária. A elaboração deste trabalho se deu a partir da pesquisa qualitativa, através da abordagem do estudo de casos múltiplos, realizada junto a Cooperativa de Produção Agropecuária Vista alegre Piratini- LTDA-COOPAVA, a Associação de Produtores de Base Ecológica - APROBECO e a Associação de Produtores Ecológicos Conquista da Liberdade - APECOL, todas localizadas nos assentamentos da reforma agrária no município de Piratini.

Palavras-chave: Canais curtos de comercialização, Organizações Sociais, Mercados Institucionais, Assentamentos, Agricultura Familiar.

ABSTRACT

PRANKE, Luciana Venzke. **Social Organizations and Family Farming: The short channels for commercialization in the municipality of Piratini, RS.** Master's Thesis (Master in Geography), 113 pages, 2016.

The study aims at understanding how the local markets are structured, from social relations, and the importance of short channels for marketing the family farming products in Piratini, RS. Therefore, the market is considered as a social construction environment, where exchanges are established between individuals, which is a product of the interaction between the various subjects involved, both producers and consumers, approaching the importance of short channels for the commercialization of the products derived from family farming. It is understood that, through such channels, several families can ensure their monetary income, allowing their reproduction as a social category and residence. The short channels, in turn, occur when commercialization is performed directly between producer and consumer. Thus, it is verified the importance of understanding the relationship with the collective organizations which are present in agrarian reform settlements. The preparation of the present work started from a qualitative research, through the multiple case study approach, performed with Vista Alegre Agricultural Production Cooperative in Piratini -LTDA- COOPAVA, the Producers Association of Ecological Base -APROBECO, and Producers Association of Ecologics -APECOL, which are all located in the agrarian reform settlements in Piratini.

Key-words: short channels for marketing, social organizations, institutional markets, settlements, family farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de localização do município de Piratini	18
Figura 2	Mapa da área plantada de soja ano 2014	19
Figura 3	Mapa da área plantada de milho em 2014	20
Figura 4	Mapa da pecuária bovina em 2014	21
Figura 5	Mapa da pecuária ovina em 2014	22
Figura 6	Evolução da Densidade Populacional no Município de Piratini-RS ...	24
Figura 7	Etapas da pesquisa	29
Figura 8	Técnicas Utilizadas na Pesquisa de Campo	29
Figura 9	Distribuição dos assentamentos de reforma agrária no município de Piratini	55
Figura 10	Localização dos assentamentos que fazem parte da APROBECO	62
Figura 11	Feira da Reforma Agrária no município de Piratini-RS	65
Figura 12	Tipos de canais curtos de comercialização utilizados pela APROBECO	66
Figura 13	Barraca da APROBECO na Feira da Reforma Agrária	69
Figura 14	Localização do assentamento Pa Piratini	70
Figura 15	Logomarca utilizada pela COOPAVA	72
Figura 16	Sede da Cooperativa no município de Piratini-RS	73
Figura 17	Distribuição do leite industrializado tipo C via PAA para Porto Alegre.	76
Figura 18	Comercialização de produtos da COOPAVA no PAA - 2003 a 2014...	78
Figura 19	Atividades de ordenha mecânica realizada pelas mulheres da COOPAVA	80
Figura 20	Localização dos assentamentos que fazem parte da APECOL	82
Figura 21	Plantio e capina na lavoura de feijão orgânico	87
Figura 22	Feira do feijão orgânico	87
Figura 23	Quiosque da APECOL às margens da BR 293	89
Figura 24	Produtos comercializados no quiosque da APECOL	90
Figura 25	Tipos de canais curtos de comercialização utilizados pela APECOL .	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Principais tipos de cultivos em área plantada no município de Piratini-RS	21
Tabela 2	Características das associações e das cooperativas	51
Tabela 03	Projetos de assentamentos de reforma agrária em Piratini	56
Tabela 04	Participação dos assentamentos na cooperativa e associações em Piratini	57
Tabela 5	Faixa etária e sexo dos associados da APROBECO	63
Tabela 6	Faixa Etária e Sexo dos associados da COOPAVA	74
Tabela 7	Faixa Etária e Sexo dos associados da APECOL	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APECOL – Associação de Produtores de Ecológicos Conquista da Liberdade

APROBECO – Associação de Produtores de Base Ecológica

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base

COOPAVA – Cooperativa de Produção agropecuária Vista alegre Piratini LTDA

COSULATI - Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda

COOLAPEL -Cooperativa Regional de Laticínios Pelotense Ltda. –

COLACTI - Cooperativa Regional de Laticínios da Região Sudoeste do RS -

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agraria do Brasil

CPT - Comissão Pastoral da Terra

EMATER - Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEE – Fundação de Economia e Estatística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária

MST – Movimento dos Sem Terra

OCS – Organização de Controle Social

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

SEPLAG - Secretaria de Gestão, Planejamento e Participação Cidadã

SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados

SUMÁRIO

1 Introdução	12
1.1 Problema de Pesquisa	14
1.2 Objetivos	15
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos específicos	15
1.3 Justificativa	15
1.4 Contexto empírico: o município de Piratini-RS	16
2 Os caminhos da pesquisa: itinerário metodológico	25
2.1 Os antecedentes e a pesquisa de campo exploratória	25
2.2 Procedimentos Metodológicos	26
3 Mercados para a agricultura familiar: uma construção social	32
3.1 Mercados para a agricultura familiar: os canais curtos de comercialização	35
3.2 Os mercados institucionais	38
4 A formação do MST e as relações com as organizações coletivas	41
4.1 Características organizativas do MST	43
4.2 As Organizações Coletivas: cooperativas e associações	45
4.3 O sistema cooperativista nos assentamentos	52
4.4 Os assentamentos no município de Piratini	55
5 Mercados sociais na agricultura familiar de Piratini: a perspectiva dos sujeitos locais	61
5.1 Associação de Produtores de Base Ecológica – APROBECO	61
5.1.1 Perfil socioeconômico dos associados	62
5.1.2 Organização da Produção	63
5.1.3 Organização da Comercialização	64
5.1.4 O associativismo na percepção dos agricultores assentados	69
5.2 Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre - COOPAVA	70
5.2.1 Perfil socioeconômico dos associados	74

5.2.2 Organização da Produção	74
5.2.3 Organização da Comercialização	75
5.2.4 O associativismo na percepção dos agricultores assentados	79
5.3 Associação de Produtores Ecológicos Conquista da Liberdade-APECOL	81
5.3.1 Perfil socioeconômico dos associados	83
5.3.2 Organização da Produção	84
5.3.3 Organização da Comercialização	90
5.3.4 O associativismo na percepção dos agricultores assentados	94
5.4 A Importância dos canais curtos de comercialização	96
Conclusões	99
Referências	102
Anexos	111

1 INTRODUÇÃO

A comercialização dos produtos agrícolas é, para muitos agricultores familiares, ainda um desafio a ser superado. As dificuldades para a inserção no mercado estão atreladas há vários motivos, entretanto, a concorrência desigual com grandes corporações agroalimentares¹ é, sem dúvida, um dos principais fatores restritivos da comercialização. Além disso, a sazonalidade da produção, a garantia de preços mínimos, as intempéries climáticas, a dificuldade de garantir a oferta de produtos, a falta de infraestrutura para a produção, armazenamento e para o escoamento, são alguns dos entraves para a inserção em mercados consolidados, seja local ou regionalmente.

Frente a isso, encontram-se alternativas que possibilitam aos agricultores familiares realizarem a comercialização dos seus produtos. Segundo Niederle et al. (2014, p.1), “[...] emergem justamente como uma espécie de resposta aos limites deste modelo em constituir uma opção à crescente vulnerabilidade econômica e social que atinge grande parte das famílias rurais.”

As compras governamentais, as feiras de produtores e entregas a domicílio, são alguns exemplos de canais de comercialização onde as relações de comercialização ocorrem de maneira mais acessível para os agricultores familiares que não encontram espaço nos mercados convencionais.

Entender os mercados e como os agricultores se relacionam com eles é uma tarefa importante do desenvolvimento rural e dos estudiosos do “mundo” rural. Ainda mais em uma conjuntura em que a viabilidade, a manutenção e a reprodução social dos agricultores dependem, claro que em graus diferenciados de integração, das relações que os agricultores estabelecem com estes, em diferentes locais, contextos e conjunturas socioeconômicas. (GAZOLLA; PELEGRINI, 2011, p.1)

A agricultura familiar, dessa forma, torna-se foco de estudos, principalmente aqueles relacionados às estratégias socioprodutivas adotadas por este segmento para se organizar e reorganizar, diante das especificidades do modo de produção capitalista. Assim, justifica-se aprofundar o conhecimento acerca da produção familiar na agricultura, vis a vis a diversidade de formas e de processos de adaptação e inserção no mercado ou ainda, na manutenção de estratégias não

¹ Ver mais sobre o assunto em PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

capitalistas de reprodução social e permanência no contexto produtivo do espaço rural.

O estabelecimento familiar não é só uma empresa econômica centrada principal ou unicamente na produção de renda, mas sim um lugar onde as conexões com o entorno e a cultura são importantes. A família agricultora é parte de uma comunidade rural mais ampla e, às vezes, integra redes de relacionamento que se estendem para as cidades. (PLOEG, 2014, p.9)

Para tanto, neste estudo considera-se o mercado como um ambiente de construção social, onde se estabelecem trocas entre os indivíduos, produto da interação entre os diversos sujeitos envolvidos, produtores e consumidores.

Neste sentido, podem existir dois tipos de canais de comercialização, os canais longos e os canais curtos. Nos canais longos existe uma grande distância entre o produtor e o consumidor. Neste processo são incluídos novos agentes que interferem no processo produtivo e de distribuição. Assim, a presença de intermediários entre o produtor e o consumidor final é uma das principais características dos circuitos longos.

Os canais curtos, por sua vez, ocorrem quando a comercialização é realizada diretamente entre produtor e consumidor. Ou seja, o produtor entrega seu produto diretamente ao consumidor, eliminando assim a figura do atravessador. Segundo Niederle et al. (2014, p.7) “Tratam-se de circuitos que conectam produtos ou serviços desde o produtor até o consumidor através da redução das distâncias físicas e sociais.”

Nos circuitos curtos ocorre redução das distâncias percorridas pelos produtos a serem comercializados e, conseqüentemente, a valorização dos produtos locais produzidos no mesmo território. Portanto, os conceitos de circuito longo ou circuito curto não estão relacionados com a distância entre o produtor e consumidor, mas sim com a quantidade de intermediários que interferem na chegada dos produtos aos consumidores.

Segundo Chaffotte e Chiffolleau (2007), os circuitos curtos permitem melhor remuneração do produtor, preços justos ao consumidor, aproveitamento da produção local, assim como geração de empregos e dinamização da economia local. Além disso, reduzem o impacto ambiental porque exigem menos embalagens (plásticas), menor gasto energético com transporte e permitem que se obtenha preço mais justo para a mercadoria. (DAROLD, 2012, p.89)

Os canais curtos de comercialização representam um importante canal para a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, através destes

canais muitas famílias conseguem garantir o sua renda monetária, permitindo a sua reprodução como categoria social.

1.2 Problema de Pesquisa

A agricultura familiar como categoria social apresenta uma diversidade de dinâmicas e estratégias que são responsáveis por sua manutenção e reprodução social ao longo do tempo e em diferentes espaços. E, a comercialização dos produtos faz parte das dinâmicas socioprodutivas dos agricultores familiares com vistas à geração de renda e permanência no campo.

Por outro lado, o mercado convencional exige uma série de procedimentos legais, de ordem ambiental, sanitária e tributária que, por vezes, inviabiliza a comercialização em pequena escala. Além disso, as exigências quanto à padronização dos produtos dificulta a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Diante dessas premissas, apresenta-se a seguinte questão central:

Quais as repercussões da emergência de mercados onde as relações ocorrem no sentido horizontal, baseado nas interações sociais, e onde a identidade local é um fator responsável pela proximidade entre produtores e consumidores, sobre a diversificação produtiva?

Ainda, como questões secundárias questionam-se:

Os canais curtos de comercialização promovem a diversificação dos produtos oferecidos pela agricultura familiar? Qual o papel das organizações sociais, cooperativas e associações na organização dos mercados para a agricultura familiar? E, por fim, quais as relações entre os mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) e a valorização dos produtos da agricultura familiar?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

- Compreender como se estruturam os mercados, a partir das relações sociais, e a importância dos canais curtos para comercialização dos produtos da agricultura familiar no município de Piratini-RS.

1.2.2 Objetivos específicos

- Entender a organização socioprodutiva dos agricultores familiares vinculados às organizações sociais - cooperativas e associações - no município de Piratini
- Discutir a importância das organizações sociais locais nos processos de comercialização dos produtos da agricultura familiar, por meio dos canais curtos;
- Refletir criticamente sobre o papel dos programas governamentais de inserção da agricultura familiar nos mercados institucionais, a partir da ótica dos agricultores.

1.4 Justificativa

A partir da experiência de trabalho como extensionista rural da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, desde o ano de 2012, no município de Piratini, foi possível trabalhar e conviver com as famílias de agricultores familiares em assentamentos da reforma agrária. Nestes três anos de trabalho, foram percebidos inúmeros problemas enfrentados pelas famílias, principalmente, no que se refere a inclusão social e produtiva no mercado. As dificuldades para a comercialização dos produtos agrícolas têm desestimulado a produção e até mesmo, muitas vezes, comprometido a permanência das famílias nos lotes dos assentamentos.

Por outro lado, foram identificadas algumas estratégias para a inserção destas famílias nos mercados e, atualmente, é possível comercializar grande parte dos produtos oriundos da agricultura familiar. A feira da reforma agrária, realizada mensalmente na sede do município de Piratini, as vendas realizadas diariamente no

quiosque localizado no KM 70 da BR 293, até mesmo os programas governamentais de aquisição de alimentos são alguns dos canais de comercialização onde a venda ocorre de forma direta e não existe dependência de atravessadores.

Nesta forma de mercado, denominada de canais curtos de comercialização, ocorre a interação entre produtores e consumidores e se estabelecem relações de proximidade, o que permite uma valorização dos produtos locais.

Diante disso, justifica-se investigar o universo empírico das famílias vinculadas as organizações sociais de agricultores (associações e cooperativas) que comercializam seus produtos através dos circuitos curtos de comercialização, no município de Piratini-RS, pois, a pesquisa insere-se em uma perspectiva crítica sobre o contexto dos canais curtos de comercialização para a formação de renda e valorização da agricultura familiar.

1.4 Contexto empírico: o município de Piratini-RS

Foi no século XIX que militares portugueses instalaram um posto de guarda sobre o Rio Piratini, com o intuito de ampliar o território pertencente à Corôa Portuguesa no Sul do Brasil, por meio da doação de terras na forma jurídica de sesmarias. De acordo com Storchi (2012), "Sua história colonial como ocupação urbana se vincula ao processo de expansão territorial portuguesa no sul do Brasil em áreas que pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777) pertenciam à Coroa Espanhola." (STORCHI, 2012, p. 30)

No ano de 1789, a rainha de Portugal Dona Maria I ordena que seja oficializado o povoamento do Cerro Pelado, então 3º Distrito da Vila de Rio Grande, do qual o atual município de Piratini fazia parte.

O início do povoamento foi em 06 de julho de 1789, com 48 casais de açorianos na condição de ali residirem e trabalharem. Esses povoadores ao chegarem estabeleceram-se no local denominado "Capão do Piratini" e fundaram uma capela em honra a Nossa Senhora da Conceição no ano de 1810, desde então, padroeira do município. (IBGE 2015)

A história da cidade está marcada por sua participação nos principais acontecimentos políticos por que passou o Estado do Rio Grande do Sul, tanto por sua posição geográfica estratégica quanto pela acolhida de sua população aos movimentos revolucionários. Além dos primeiros povoadores de origem açoriana, outras etnias se integraram, como os negros, submetidos à escravidão e os imigrantes alemães e italianos. (STORCHI, 2012, p. 30)

Em 1835, com a guerra farroupilha, a vila foi ocupada pelos rebeldes. Um ano depois a câmara municipal adere a república e declara-se província em “estado livre” e, em 1836, a cidade de Piratini foi escolhida a primeira capital da república Rio-grandense.

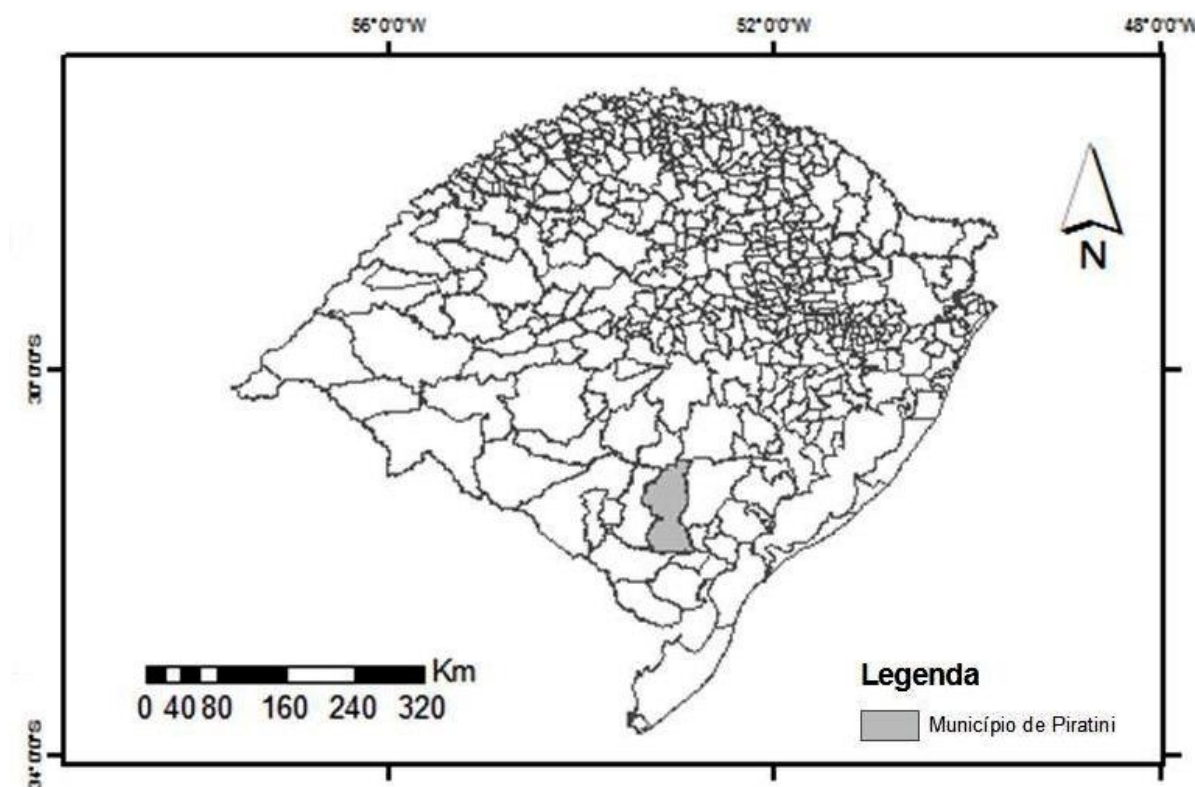
Posteriormente, a cidade foi palco de outras revoluções: a Federalista (1893), conflito entre pica-paus (Partido Republicano Rio-Grandense de Júlio de Castilhos) e maragatos (revolucionários federalistas liderados por Gaspar de Silveira Martins, defendiam um sistema parlamentar de governo – identificados pelo uso do lenço vermelho); a Revolução de 1923, o descontentamento da oposição com o governo republicano de Borges de Medeiros, no poder havia 25 anos; e o combate da Estância da Olaria (1932) entre seguidores de Borges de Medeiros e Batista Luzardo. (STORCHI, 2012, p. 31)

Já o nome do município tem origem na língua Tupi-guarani, “Piratinim” nome dado também ao Rio Piratini, que significa “peixe barulhento”.

Piratini, importante cidade histórica, palco de grandes passagens da história do Rio Grande do Sul, está localizada na Serra dos Tapes, e faz parte da região fisiográfica Serra do Sudeste, assentada na formação geológica denominada escudo cristalino rio-grandense, o relevo compreende ondulações suaves a moderadas, caracterizando-se por um planalto antigo.

O município de Piratini faz divisa ao Norte com os seguintes municípios Encruzilhada do Sul, Santana da Boa Vista. No sentido Oeste se limita com o município de Pinheiro Machado. Ao sul se limita com Herval e Pedro Osório e a Leste faz divisa com os municípios de Cerrito e Canguçu, conforme figura nº 1.

Figura 1. Mapa de localização do município de Piratini



Fonte: Organizado pela autora, 2016.

Os solos são caracterizados por serem rasos ou pedregosos, atributos que tornam a área mais propícia para a pecuária em geral do que para o cultivo agrícola,

Embora paisagem predominante nas estâncias, inicialmente com vegetações baixas e esparsas, o modo de vida pampeano na região incorporou maciços de vegetação à paisagem, na busca por lenha, por um pouco de sombra e abrigo dos ventos. (STORCHI, p.28, 2012)

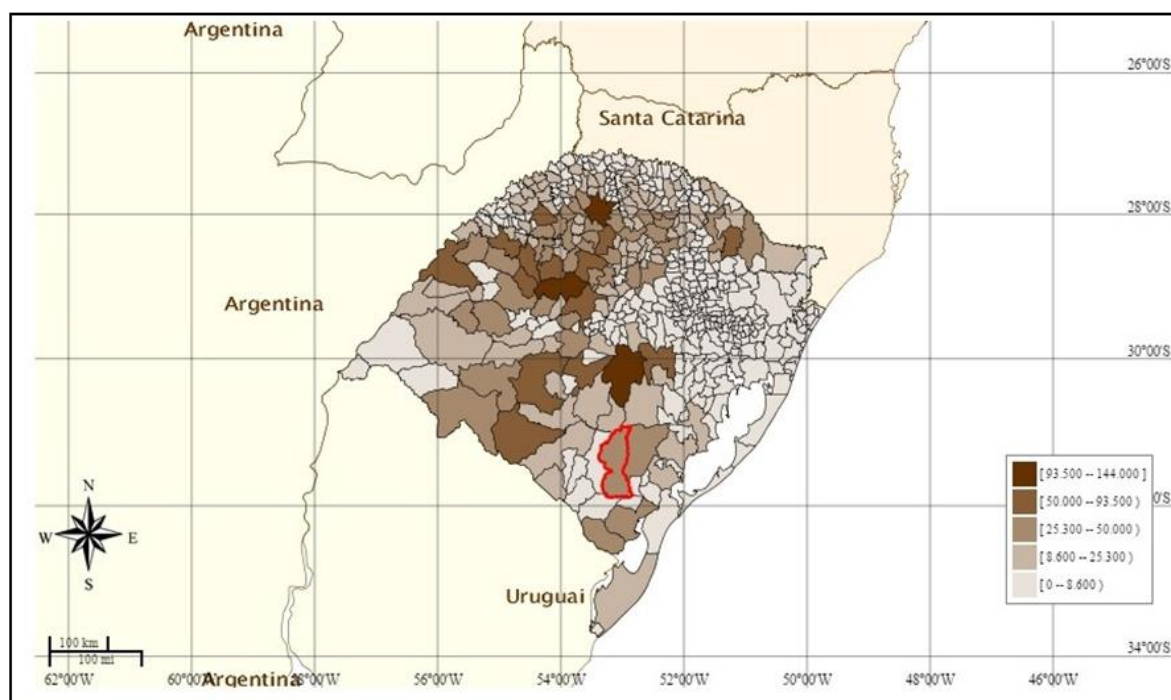
O município apresenta área da unidade territorial de 3.539,688 Km². Onde atualmente residem, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), 19.841 habitantes, sendo que a população rural é de 8.271 habitantes e a população urbana é de 11. 570 habitantes.

Atualmente a base da economia do município está assentada no setor primário sendo que a agropecuária é a principal fonte contribuinte para o Produto Interno Bruto - PIB, representando segundo dados do IBGE (2013) 101.471 reais, seguida do setor de serviços com 81.926 reais.

Dentre os principais cultivos agrícolas produzidos no município, se destaca a produção de grãos, sendo a soja a produção que exerce um maior impacto econômico e ocupando um volume de área superior aos demais, conforme tabela 01

sendo destinada basicamente para o mercado convencional. A área de plantio de soja, representada pela figura 02 localiza-se entre as classes 25.300 a 50.000 hectares.

Figura 2. Cartograma da área plantada de soja ano 2014

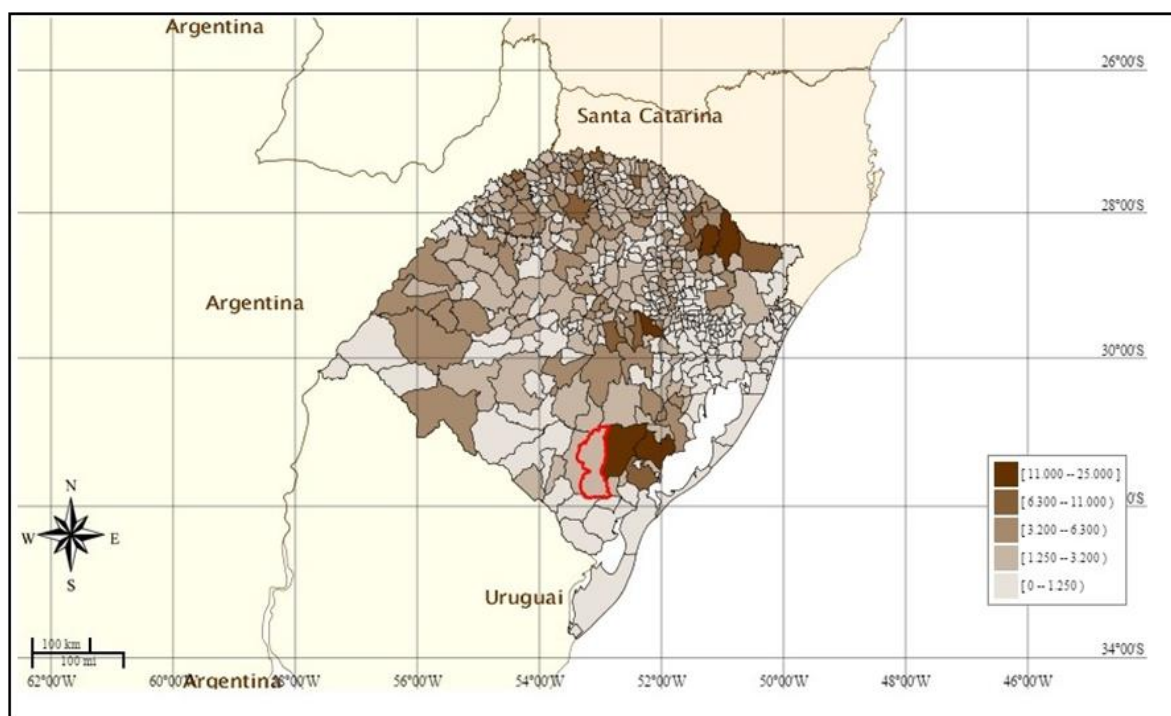


Fonte: FEE, 2016. Disponível em <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>

Já a produção de milho, utilizada geralmente nas unidades familiares, é destinada principalmente para a alimentação animal na agricultura familiar. Esta produção ocupa, segundo os dados do IBGE (2014), 3.000 hectares. O município de Piratini, representado na figura 3, ocupa a classe de 1250 a 3200 hectares.

Tanto a criação de gado leiteiro, como os cultivos de feijão e de milho são atividades geralmente praticadas em pequenos estabelecimentos agropecuários por produtores familiares. Associando-se à criação de gado leiteiro (da mesma forma que as criações de suínos e de aves), grande parte do milho cultivado é utilizado no próprio estabelecimento para a alimentação de animais. (BRUMER, 2001, p. 238)

Figura 3. Cartograma da área plantada de milho em 2014



Fonte: FEE, 2016. Disponível em <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>

A diversificação produtiva é também um fator que contribui para a permanência do agricultor no campo, pois além de todos os produtos cultivados na propriedade, como o milho, batata, feijão existe as frutíferas, hortaliças, carnes e outros derivados da produção animal que compõem a dieta alimentar das famílias. Assim, garante-se uma gama variada de opções para a alimentação doméstica e que, certamente, representaria um aumento das despesas familiares quando comprados de terceiros. “Ao produzir seus próprios alimentos, a unidade familiar deixa de gastar o equivalente em recursos monetários com a compra de alimentos nos supermercados.” (GRISA, 2008, p. 488)

Além da produção de grãos se destaca a produção silvícola com florestas de pinus e eucalipto destinado também para o mercado.

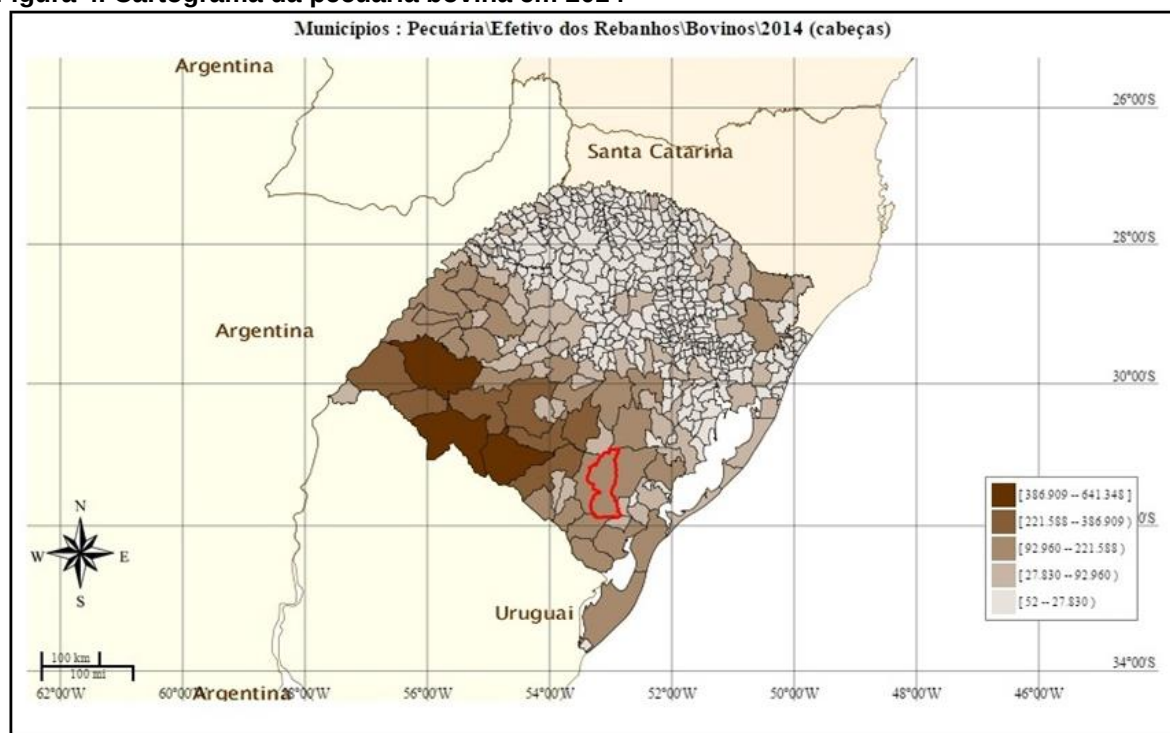
Tabela 01: Principais tipos de cultivos em área plantada no município de Piratini-RS

Tipos de produtos	Área Plantada (ha)
Arroz	543
Aveia	300
Batata doce	120
Batata inglesa	150
Cevada	1.200
Feijão	200
Fumo	116
Milho	3.000
Soja	29.000
Trigo	1.000
Eucalipto	12.000
Pinus	30.000

Fonte: IBGE-SIDRA, 2014.

A pecuária de corte também exerce uma importância para a economia do município. Sendo que a bovinocultura de corte, segundo dados do IBGE (2014), apresenta um rebanho de 147.233 cabeças de gado. E, conforme a figura 4 situa-se na classe entre 92.960 a 226.588 cabeças de gado.

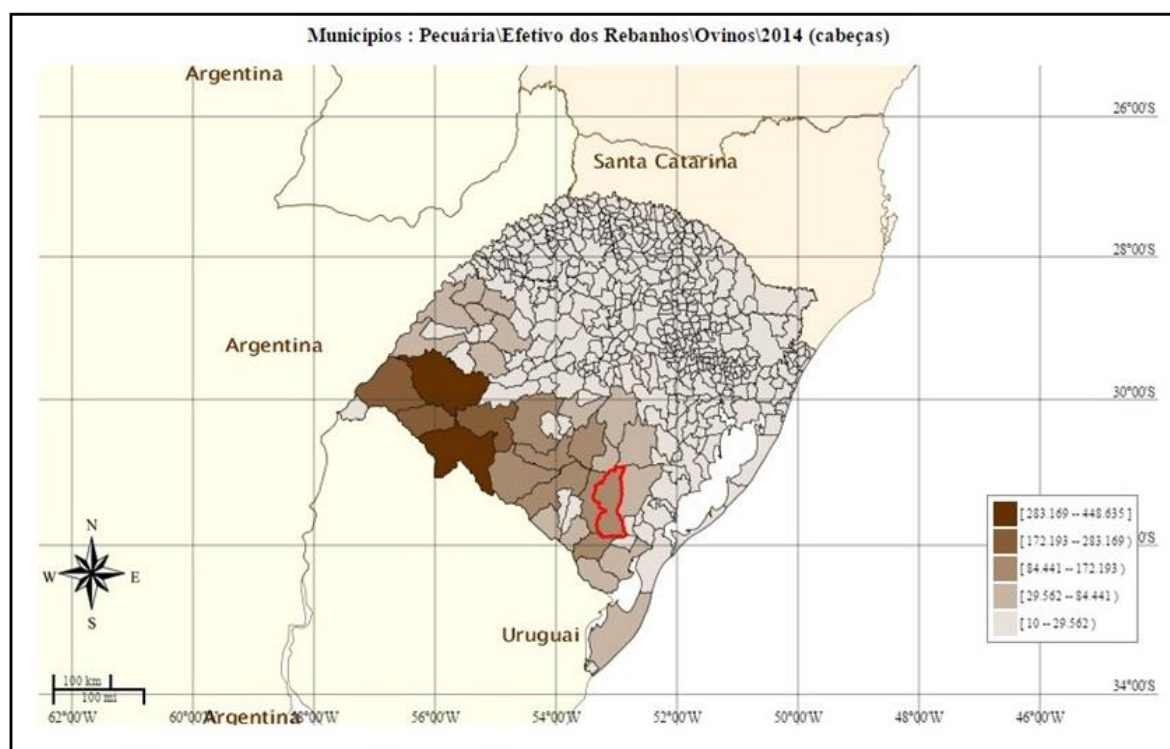
Figura 4. Cartograma da pecuária bovina em 2014



Fonte: FEE, 2016. Disponível em <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>

A ovinocultura também é desenvolvida no município e apresenta, segundo dados do IBGE (2014), um rebanho de 109.897 cabeças. Apresentando valor comercial a produção de lã, sendo produzidos 272.545 kg (FEE, 2014), mas também a produção de carne se destaca no município.

Figura 5. Cartograma da pecuária ovina em 2014



Fonte: FEE, 2016. Disponível em <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/>>

No que se refere ao número de cabeças, o município de Piratini está representado pela classe entre 84.441 a 172.193 cabeças de ovinos, conforme a figura 5.

Assim, como outros municípios da região sul, o processo histórico, aliado às condições naturais, condicionou o desenvolvimento da pecuária de corte, tendo esta atividade grande importância econômico no município. Apresentando, segundo trabalho desenvolvido por Matte, Waquil e Neske (2014), mais da metade da área total do município no ano de 2006, com 59% da área ocupada pela atividade pecuária.

De maneira geral, a pecuária de corte extensiva é a atividade produtiva predominante desde o período de colonização no século XVIII, sendo exercida sobre áreas de campos naturais. No entanto, a estabilização e consolidação da pecuária foi possível mediante, principalmente, às extensas áreas cobertas por pastagem nativa, característica do Bioma Pampa. (MATTE, WAQUIL e NESKE, 2014, p.5)

Entretanto, a partir da consolidação dos primeiros assentamentos de reforma agrária no município, no início da década de 1990, áreas onde antes se apresentavam grandes extensões de terra ocupadas pela atividade pastoril dão lugar a pequenos lotes de terra, com aproximadamente 25 ha, onde se percebe a diversificação produtiva.

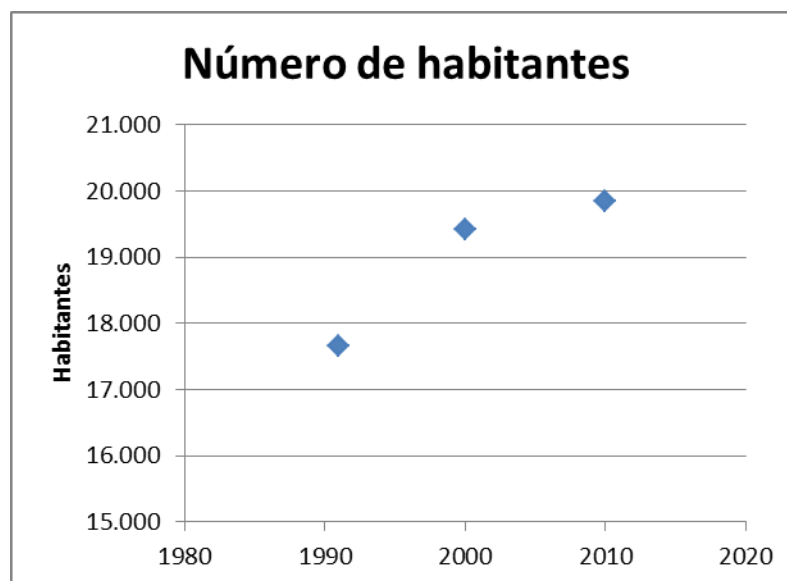
Novas dinâmicas agrárias foram surgindo à medida que chegaram os primeiros agricultores sem-terra oriundos da região norte do estado.

Aos poucos, os assentamentos rurais permitiram a construção de novas territorialidades no campo, ao mesmo tempo em que introduziram novos modelos de desenvolvimento rural, colocando em evidência a força dos novos sujeitos políticos da questão agrária, através de novas formas de potencialização da produtividade do trabalho e do aumento dos investimentos. (CHELOTTI, 2003, p 54.)

Cabe ressaltar, que a formação destes assentamentos se deve as lutas do MST para a realização da reforma agrária na época, onde realizaram ocupações e marchas com o objetivo de acelerar os processos de desapropriação fundiária nesta região do estado. No município de Piratini, o processo de reforma agrária assentou 560 famílias, distribuídas em 15 assentamentos.

Assim se percebe uma reorganização do espaço rural em Piratini, tanto de caráter produtivo, onde as áreas pastoris sedem espaço à policultura e criação de pequenos animais. Quanto ao prisma demográfico-social, pois a chegada de 560 famílias ao município torna o rural mais densamente povoado.

Figura 6. Evolução do número de habitantes no Município de Piratini-RS



Fonte: FEE, 2015.

Atualmente, o município de Piratini conta com um total de 15.339,9 hectares ocupados por assentamentos da reforma agrária.

Nestes assentamentos são desenvolvidas diversas atividades agropecuárias. Sendo que se destaca a produção leiteira, a pecuária de corte com as criações de bovinos e ovinos. Na produção agrícola se destaca a produção de grãos, principalmente milho e feijão, mas também a produção diversificada, com os cultivos de batata-doce, mandioca, abóbora, hortaliças e frutas geralmente destinadas para o autoconsumo. (EMATER, 2015)

Ainda, se identificam novas formas de relação entre os atores sociais na agricultura como a presença de associações e cooperativas.

2 OS CAMINHOS DA PESQUISA: ITINERÁRIO METODOLÓGICO

Com o objetivo de definir as estratégias metodológicas adotadas para a realização deste estudo, cabe aprofundar a análise a cerca dos procedimentos metodológicos e sua importância para a pesquisa científica.

Assim, cabe ressaltar a importância de distinguir os conceitos entre método e metodologia. “Podemos definir método como caminho para chegarmos a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingirmos o conhecimento” (PRADONOV e FREITAS, 2013, p. 24). O método indica uma direção definida de procedimentos para atingirmos nossos objetivos. O método, portanto representa um caminho escolhido para se chegar a um fim entre outros tantos.

Já “a metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade” (PRADONOV e FREITAS, 2013 p.14).

A metodologia define os procedimentos para a realização da pesquisa contribuindo, assim, para a construção do conhecimento científico.

2.1 Os antecedentes e a pesquisa de campo exploratória

A condição de extensionista rural proporcionou o contato com a realidade vivenciada pelas famílias de agricultores no município de Piratini. O extensionista rural é aquele profissional que atua diretamente com os problemas, as aflições, os sucessos e as frustrações das famílias. Além do papel das técnicas agrícolas de apoio a produção, ele apresenta uma função social, representando uma referência para a busca de soluções para seus problemas. Assim, o extensionista é aquele “que terá a sensibilidade de buscar as oportunidades pelas quais o meio rural pode ser um fator dinâmico no desenvolvimento local.” (ABRAMOVAY, 1998, p.147)

A partir deste convívio, foi possível observar as dificuldades que os agricultores encontravam para a comercialização dos seus produtos, com o objetivo de gerar renda para suas famílias. Nesse sentido, segundo Abramovay (1998, p.147), o extensionista “tem um papel de destaque na articulação da agricultura com o conjunto das possibilidades de desenvolvimento local.”

Durante o trabalho diretamente com os agricultores percebi que estes adotam diversas estratégias que viabilizam a comercialização, independentemente dos grandes mercados capitalistas. Pelo contrário, a comercialização é realizada de forma direta aos consumidores, onde os produtos apresentam características do lugar, do “saber fazer” e da cultura destas famílias.

Por outro lado, foi identificada a presença de vários grupos entre os agricultores familiares assentados de projetos de reforma agrária no município de Piratini, e percebeu-se a diversidade de mercados de abrangência local, organizados por associações e cooperativas, onde os produtos circulam diretamente para os consumidores.

Os três grupos, uma cooperativa e duas associações, de agricultores familiares foram os sujeitos da pesquisa e apresentam particularidades, tanto na parte organizativa quanto nos canais de comercialização que conquistaram.

2.2 Procedimentos Metodológicos

Nessa pesquisa os mercados são entendidos a partir de uma construção social, onde ocorrem relações e interações entre os agentes envolvidos, principalmente, produtores e consumidores. Diante disso, optou-se pela utilização da abordagem qualitativa, por se caracterizar pela descrição interpretação e explicação dos fatos sociais.

“A abordagem qualitativa refere-se à intensidade dos fenômenos, visando aprofundar a compreensão de grupos, de segmentos e de micro realidades que se expressam em opiniões, crenças, relações, atitudes e práticas.” (PESSOA e RAMIRES, 2013, p. 119)

Segundo Stake, (2011), para a pesquisa qualitativa, o próprio pesquisador é um instrumento ao observar ações e contextos e, com frequência ao desempenhar intencionalmente uma função subjetiva no estudo, utilizando sua experiência pessoal em fazer interpretações.

Portanto, a abordagem qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre os componentes das relações sociais que não podem ser traduzidos em números. (SILVA e MENEZES, 2001)

Para a obtenção dos dados, a pesquisa qualitativa sugere o contato direto entre pesquisador e pesquisado, sendo que a visualização do contexto e o entendimento do texto (falas dos sujeitos) são de suma importância para a compreensão dos fenômenos sociais.

A pesquisa qualitativa tem como identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre o sujeito e objeto e de um poder interpretativo, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas. (RAMIRES e PÊSSOA, 2013, p.24)

Para a pesquisa qualitativa, diferente da pesquisa quantitativa, o importante são os fenômenos sociais. No entanto, não se pode afirmar que a pesquisa qualitativa se opõe inteiramente a pesquisa quantitativa. “Pode-se, no máximo priorizar uma ou outra, por qualquer motivo, mas nunca insinuar que uma se faria às expensas da outra, ou contra a outra.” (DEMO, 1998, p.92)

Com isso, é possível destacar a importância das duas metodologias para o apoio nas pesquisas sendo que, “todo fenômeno qualitativo pelo fato de ser histórico, existe em contexto também material, temporal e espacial. E todo fenômeno histórico quantitativo, se envolver o ser humano, também contém a dimensão qualitativa.” (DEMO, 1998, p.92)

Assim sendo, a pesquisa tem como foco a metodologia qualitativa, e será utilizado como estratégia de pesquisa o estudo de caso. “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.” (YIN, 2001, p. 32)

Para Yin (2001), como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão dos fenômenos sociais, a partir da observação de vários elementos.

A opção pelo estudo de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para “se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.” (YIN, 2001, p. 21)

Segundo Yin (2001, p.41) “A pesquisa do estudo de caso inclui tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos.”. Neste sentido, o estudo proposto será

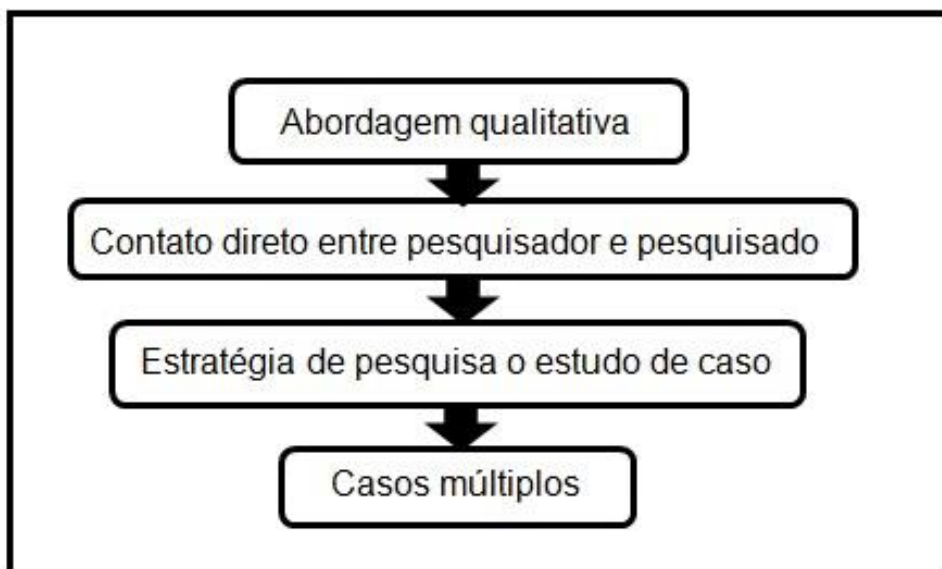
baseado na análise de três casos específicos. Observando que “[...] os estudo de caso único e de casos múltiplos são na realidade duas variantes dos projetos de estudo de caso.” (YIN, 2001, p.41)

[...] no entanto, considera os projetos de casos únicos ou de casos múltiplos como variantes da mesma estrutura metodológica - e não existe uma distinção ampla entre o assim chamado estudo de caso clássico (ou seja, único) e os estudos de casos múltiplos. A escolha é considerada uma escolha do projeto de pesquisa, com ambas sendo incluídos sob o método de estudo de caso. (YIN, 2001, p.77)

Dessa forma, foram estudados simultaneamente uma cooperativa e duas associações vinculadas aos canais curtos de comercialização no município de Piratini. Observa-se que cada grupo é entendido como um caso, determinado a partir da sua especificidade.

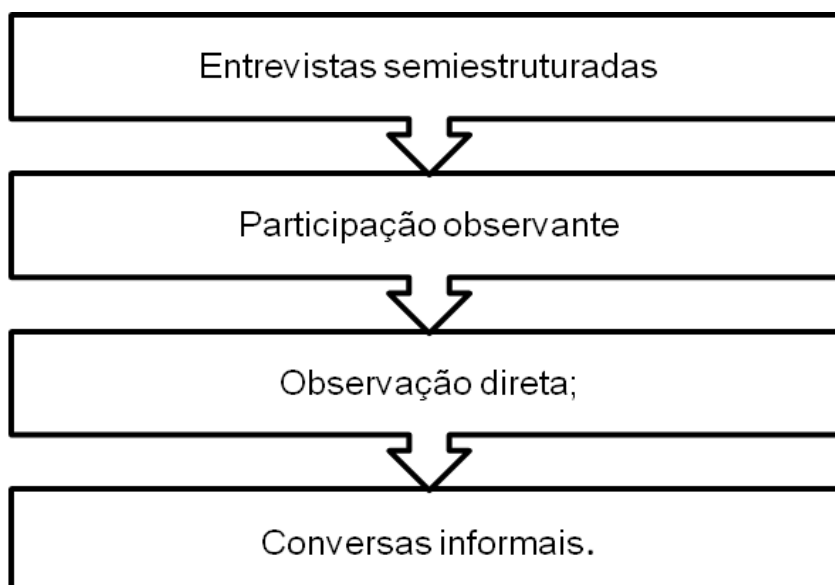
[...] os estudos de casos múltiplos e, nesse sentido, a lógica que rege o desenho da pesquisa não é a da amostragem, mas a da replicação. Assim, cada caso deve ser selecionado de acordo com uma das seguintes previsões: ou se espera encontrar resultados semelhantes nas diversas unidades investigadas (replicação propriamente dita) ou se espera resultados diferentes em razão de fatores previamente antecipados pelo pesquisador (“replicação teórica”). Tal como os experimentos, os estudos de caso, portanto, não representam “amostra” cujos resultados seriam generalizáveis para uma população (generalização estatística), o pesquisador não procura casos representativos de uma população para a qual pretende generalizar os resultados, mas a partir de um conjunto particular de resultados, ele pode gerar proposições teóricas que seriam aplicáveis a outros contextos. (MAZZOTTI, 2006, p. 646)

Sendo assim, o estudo foi realizado com a Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre Piratini LTDA - COOPAVA, a Associação de Produtores de Base Ecológica de Piratini - APROBECO e, por fim, a Associação de Produtores Ecológicos Conquista da Liberdade- APECOL Estes três casos abrangem um total de 40 agricultores todos oriundos do processo de assentamentos da reforma agrária. (Ver figuras 7 e 8)

Figura 7. Etapas da pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A metodologia é um conjunto de processos envolvidos na investigação científica, entre esses se destaca a pesquisa de campo. Nessa etapa foram realizadas entrevistas, baseadas em roteiro semiestruturado e, também, adotada a técnica da participação observante, realizada através das reuniões, visitas e encontros com os agricultores familiares.

Figura 8. Técnicas Utilizadas na Pesquisa de Campo

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. (SUERTEGARAY, 2002, p. 66)

As entrevistas semiestruturadas constituem uma interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas) em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea. Assim, foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado com 50% dos agricultores associados à, APROBECO e APECOL e COOPAVA (Apêndice A).

Para isso, ao longo do trabalho foram transcritas falas dos entrevistados, sendo que estas falas foram identificadas pelas letras iniciais dos nomes dos entrevistados e utilizando a fonte em itálico.

Além disso, também foi utilizada a técnica da observação. Para tanto, foi adotada a modalidade participação observante, por compreender que o pesquisador participa e interage com o objeto de estudo. Na participação observante, “A descrição da posição ocupada ou construída pelo pesquisador no campo de pesquisa se consolida como condição necessária para a análise” (DURHAM apud ROSISTOLATO, 2013, p. 47).

Vale lembrar que a posição de pesquisadora está combinada com a de extensionista rural. Assim, a participação observante se apresenta como uma técnica capaz de objetivar e potencializar estas condições, sem necessariamente imergir no grupo assim como a técnica da observação participante, pois, nesse último caso, “o pesquisador produz as informações por meio de sua inserção e participação no cotidiano do grupo, comunidade ou organização que estuda.” (SILVA e MENDES, 2013, p. 217)

Assim, a opção por utilizar a técnica da participação observante é a que melhor se adapta a realidade do pesquisador junto ao seu objeto de estudo. Assim, foi possível participar de reuniões e atividades onde se debatiam a organização do grupo, as dificuldades encontradas e as soluções destas problemáticas.

Observar um fenômeno social significa que determinando evento social simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que em sua dimensão singular seja estudado em seus atos, atividades, significados e relações. Esse recurso permite descobrir seus aspectos “aparenciais” e mais profundos, até captar sua essência numa perspectiva ao mesmo tempo específica e ampla de contradições e dinamismos de relações. (SILVA e MENDES, 2013, p. 217)

Por fim, por meio da observação direta e conversas informais com os sujeitos envolvidos foi possível compreender e interpretar o texto e o contexto do problema estudado.

3 MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

A noção de mercado convencional, difundida pelos economistas e pelas teorias da economia clássica, apresenta como característica principal o incentivo ao capital e a busca pela maximização de lucro. Segundo Carvalho (2010, p. 29), “o mercado é o *locus* em que se estabelecem as escolhas maximizadoras dos indivíduos (máxima utilidade) e empresas (máximo lucro).”

Esta compreensão da teoria econômica clássica não aborda e também não representa a diversidade de estruturas, instituições e atores sociais envolvidos no processo de formação dos mercados sociais. Neste sentido, a nova Sociologia Econômica surge para explicar a concepção de mercado a partir das relações sociais que se estabelecem.

A ideia da construção social dos mercados quer, em primeiro lugar, se opor aos pressupostos neoclássicos, para os quais o mercado era definido como uma esfera de maximização do lucro, um local de troca (na maioria das vezes um local físico), muitas vezes abstrato, distanciado das relações sociais, utilitarista e sem um papel ativo dos agentes e grupos sociais. (GAZOLLA, 2010, p. 6)

A Sociologia Econômica busca dar um enfoque social nas relações econômicas. A tradição, a cultura, os valores sociais, são considerados elementos importantes na compreensão dos mercados. Assim, o mercado não é concebido somente pela sua função econômica, mas sim como uma instituição onde ocorrem interações sociais.

Neste sentido, para a Sociologia Econômica não existe somente o mercado e sim várias formas de mercados, definidas por diversos aspectos no que se refere a sua estrutura, integração, dinâmicas, tanto do ponto de vista econômico quanto social. Segundo Gazola (2010, p.6) “os mercados são definidos no plural – “mercados” – e não no singular como na teoria neoclássica, em que o mercado é visto como um *ente* único e abstrato em termos de existência.”

Durkheim e Weber são cientistas sociais que trazem importantes contribuições para a emergência da nova Sociologia Econômica. Ambos realizam uma reflexão sobre o papel das instituições na regulação do mercado, apresentando também conclusões semelhantes. Durkheim não apresenta uma definição clara sobre o conceito de mercado, porém, não deixa de considerar este fenômeno como um fato social. “O cerne de sua análise de mercado encontra-se a noção de contrato.” (MATTEDI, 2005, p.128)

A sociedade moderna prescinde da forte consciência coletiva, que assegura a coesão social nas sociedades tradicionais, onde não há divisão do trabalho. Portanto, a relação mercantil, que obriga pessoas a entrar no mercado para trocar bens e serviços indispensáveis à sua sobrevivência, encerra uma dimensão socializadora. (MATTEI, 2005, p.129)

Para Weber, a interação social oportunizada através dos mercados pode ocorrer de duas maneiras, sendo a troca e a competição. – a troca pode ocorrer tanto para o parceiro quanto para os concorrentes. Já a competição, ocorre através da luta de preços e oportunidades entre concorrentes e ou entre vendedores e clientes. Com isso, o mercado para Weber acontece quando ocorre a troca entre indivíduos interessados que competem entre si. (MATTEI, 2005)

Polanyi (2000) também trouxe importantes contribuições para análise na Sociologia Econômica, para ele encontra-se em todas as sociedades o sistema econômico imerso no sistema social. Pois, anteriormente à nossa época, nenhuma economia era controlada por mercados mesmo que a instituição mercado estivesse sempre presente na história humana.

Para Polanyi (2000, p.89), como regra, “o sistema econômico era absorvido pelo sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento predominante na economia, a presença do padrão de mercado sempre era compatível com ele.”

Para o mesmo autor, as funções de um verdadeiro sistema econômico são inteiramente absorvidas pelas experiências humanas que oferecem uma motivação não econômica em cada ato executado, no quadro do sistema social como um todo. Isto é, as relações econômicas, mediadas pelos mercados, têm sempre componentes de caráter social, porque, no limite, são operadas por sujeitos inseridos nas circunstâncias de diversas ordens.

Polanyi realizará uma crítica epistemológica y ontológica a los fundamentos Del pensamiento económico clásico y neoclásico a partir de La alternativa de su análisis institucional, que pretende incrustar los actos económicos en la matriz cultural, política y social em que se producen, com que lá economía es conformada históricamente pó la totalidad social em que se inscribe. (SÁNCHEZ, 2008, p.27)

Segundo Polanyi (2000), o processo econômico se dá de duas formas, através da interação entre os seres humanos e seu entorno e através da institucionalização deste processo.

Visto como um dos fundadores da chamada Nova Sociologia Econômica, Mark Granoveter observa que é necessário acrescentar o comportamento do ator

social nas relações econômicas. Assim, a Sociologia Econômica tem um papel complementar à teoria econômica, não cabendo assim a substituição de uma pela outra. No entanto, a Sociologia Econômica procura responder a questões negligenciadas pela teoria econômica.

Dizer que “a ação econômica é uma forma de ação social” significa que, para Granovetter, que retoma aqui as ideias de Weber e de Polanyi, além dos objetivos econômicos, os atores perseguem também objetivos sociais, como a sociabilidade, o reconhecimento, o estatuto e o poder.” (MATTEDI, 2005, p.63)

Assim, “o estudo dos mercados deve ser realizado olhando-se as diferentes relações que os atores sociais possuem entre si, como elas são construídas, como se desenvolvem, como estes organizam a sua vida social e econômica, os laços entre atores, os vínculos criados nos mercados, as redes, dentre outros fatores.” (GAZZOLA, 2010, p. 7).

Para Granovetter apud Mattedi (2005), “O mercado, portanto, não consiste num livre jogo de forças abstratas, a oferta e a procura, entre atores atomizados e anônimos, mas num conjunto de ações estreitamente imbricadas em redes concretas de relações sociais.” (MATTEDI, 2005, p.65).

Segundo Fliegenstein e Dauter (2012), “na nova Sociologia Econômica há concordância de que os mercados são estruturas sociais caracterizadas por relações sociais entre empresas, trabalhadores, fornecedores, clientes e governos.” Gazzola (2010) completa afirmando que:

A segunda abordagem teórica utiliza-se da Sociologia Econômica para formular que os mercados estão inseridos em relações sociais, em redes de atores e, que estes são construídos pelos atores sociais de acordo com as suas estratégias, motivações e em contextos em que a proximidade social e a confiança são elementos chaves. (GAZZOLA, 2010, p. 3)

Assim, várias são as definições de termos relacionados à dimensão social dos mercados na Sociologia Econômica. No entanto, o mais importante aqui não é discutir os elementos teóricos da Sociologia Econômica, mas sim, realizar uma reflexão teórica sobre os mercados na perspectiva da agricultura familiar através da sua construção por meio das relações sociais.

Nesse sentido, a ênfase está nas relações que não passam por aspectos econômicos como preços e quantidades para que haja tocas nos mercados, mas pelos padrões de interação sociais que os diferentes atores sociais vão conseguir construir nos mercados, que são determinados por aspectos microsociológicos e econômicos, como a confiança, o não logro, a

racionalidade limitada do lucro, as relações de proximidade, de interconhecimento existentes, etc. (GAZZOLA, 2010, p. 7)

3.1 Mercados para a agricultura familiar: os canais curtos de comercialização

O acesso aos mercados é considerado um dos principais entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar. Como alerta Niederle (2013):

Atualmente, o crescimento de um conjunto de novos mercados é a expressão das estratégias que permitem a esses grupos retomar o direito de decisão soberana sobre o tipo de alimentação e de vida que valorizam. É isso, afinal, que diferentes movimentos têm proposto sob o signo de distintos mecanismos de requalificação dos alimentos (agroecológicos, orgânicos, naturais, tradicionais, caseiros, coloniais, de origem, comércio justo e solidário, da reforma agrária, da agricultura urbana, etc.): retomar para si a responsabilidade pela alimentação enquanto prática sociocultural, desenvolvendo formas inovadoras de produção e consumo mais adequadas às aspirações de uma nova relação sociedade-natureza. (NIEDERLE, 2013, p. 5)

Algumas iniciativas, que se opõem a economia dominante, vêm ganhando notoriedade por tornar as relações econômicas mais justas e solidárias ao aproximarem agricultores e consumidores como nos circuitos curtos de comercialização. (SILVA; ROVER; VASCONSELOS, 2014, p.1)

Podem existir dois tipos de canais de comercialização, os canais longos e os canais curtos. Nos canais longos existe uma grande distância entre o produtor e o consumidor. Neste processo são incluídos vários agentes que interferem no processo produtivo e de distribuição. Assim, a presença de intermediários entre o produtor e o consumidor final é uma das principais características dos circuitos longos.

Nos circuitos longos a produção é destinada ao setor agroindustrial para o processamento e agregação de valor. Com isso, o agricultor produz a matéria prima e esta é transformada em produtos alimentares pela indústria, a produção industrializada por sua vez é comercializada através de centros de compras, supermercados e de hipermercados.

Os canais curtos, por sua vez, ocorrem quando a comercialização é realizada diretamente entre produtor e consumidor. Ou seja, o produtor entrega seu produto diretamente ao consumidor, eliminando assim a figura do atravessador. Nos circuitos curtos ocorre redução das distâncias percorridas pelos produtos a serem

comercializados e, conseqüentemente, a valorização dos produtos locais produzidos no mesmo território.

Portanto, os conceitos de circuito longo ou circuito curto não estão relacionados com a distância entre o produtor e consumidor, mas sim com a quantidade de intermediários que interferem na chegada dos produtos aos consumidores.

As possibilidades de comercialização nos canais curtos podem ocorrer de diversas formas, como; venda direta na própria propriedade; vendas em restaurantes e mercearias; vendas a feira de produtores; vendas em eventos ou exposições; entregas a domicilio. Esta busca por diversas vias de comercialização é o que favorece a construção social dos mercados e fortalece as relações entre os produtores e, também, com os consumidores.

Independentemente da denominação, esses tipos de circuito de comercialização, reforçam a noção de autonomia e conferem um maior peso e participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo. (DAROLD, 2013, p. 9)

Deste modo, os canais curtos de comercialização possibilitam uma maior aproximação entre produtores e consumidores, construída a partir das relações sociais de reciprocidade, transparência e confiança, e estabelecidas através das relações sociais na localidade.

É nestes canais que ocorrem o processo de enraizamento nas potencialidades locais, no resgate dos elementos étnico/cultural, na reciprocidade, nas relações de confiança e na forma tradicional de produzir alimento que permite às agroindústrias buscarem um novo sentido para as atividades de comercialização e para o termo “mercado”. (CAVALHEIRO, 2010, p.161)

Darold (2013) classifica os circuitos curtos em duas modalidades: venda direta quando a comercialização é realizada diretamente entre produtor e consumidor; e venda indireta, quando existe uma intervenção de um único intermediário entre produtores e consumidores.

Assim, as vendas diretas na propriedade, lojas de associações, feiras, quiosques em beira de estrada são consideradas circuitos curtos de venda direta. Logo, a comercialização realizada através de pequenos mercados, vendas para programas de governo, são definidos como circuitos curtos de venda indireta. “As diferentes modalidades de circuitos curtos proporcionam níveis distintos de proximidade e interação entre os atores envolvidos” (DAROLD, 2013)

Os circuitos curtos como modalidade de comercialização era uma prática que acontecia desde o princípio das relações mercantis. Porém, com o surgimento da chamada Revolução Industrial aliada às novas formas de modo vida, alimentação e consumo, (alimentos congelados, semiprontos e instantâneos), verifica-se que a praticidade dos produtos industrializados vem influenciando a compra e fortalecendo as grandes empresas agroalimentares. Este novo padrão de consumo acaba sucumbindo os circuitos curtos de comercialização, em razão da expansão dos grandes mercados agroalimentares, e afastando por sua vez consumidores e produtores.

No entanto, atualmente, surge uma nova consciência por parte dos consumidores que alia aspectos ambientais, sociais e também com apelo mais saudável. Este interesse fortalece as organizações de agricultores favorecendo as relações de reciprocidade, de valorização cultural, da produção local e do “saber fazer”.

Segundo Darold (2013, p.157), “Os consumidores desejam adquirir produtos mais saudáveis cultivados de forma ambientalmente correta, a preços justos, conhecendo a origem e quem produz.”

Os canais curtos, deste modo, aliam os interesses dos consumidores às necessidades de comercialização da agricultura familiar. “Ao vender os seus produtos localmente, produtores esperam melhorar a renda e diminuir o poder dos intermediários, mantendo a sua autonomia para decidir sobre o que produzir, como produzir e para quem vender.” (DAROLD, 2013, p. 157)

Nos canais curtos, o trabalho, a organização e o processamento dos produtos, são realizados pelos agricultores familiares. E, a diversidade de produtos oferece mais oportunidades de comercialização e, conseqüentemente, geração de renda, sendo que o processamento dos alimentos agrega mais valor ao produto. Ainda, permite diminuição de riscos, conseqüentes de estiagens, ataque de pragas e doenças, baixo valor comercial. Diferente das monoculturas que ambientalmente são mais suscetíveis às interferências ambientais e também comerciais, a policultura favorece a diversidade de oferta de produtos ao mercado.

Cabe lembrar que, muitas vezes, a sazonalidade da produção agrícola, faz com que, em determinadas épocas do ano, exista a indisponibilidade de alguns produtos. Fazendo com que os consumidores retornem para os grandes mercados, onde estes produtos estão disponíveis durante o ano inteiro.

No entanto, “A compra em circuitos curtos é uma forma de fugir da padronização imposta pelo sistema agroalimentar industrial que uniformiza modos de vida e direciona o consumo.” (DAROLD, 2013, p.166)

Evidentemente, todos os mercados estão imersos em marcos institucionais, todos os mercados contêm e são regulados por modos de governança. A diferença básica, contudo, é que os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares são, cada vez mais, governados por impérios alimentares (que juntos compõem um regime imperial) (Ploeg, 2008 e 2010), ao passo que os mercados emergentes estão inseridos em (e pelo menos em parte governados por) novas redes sociotécnicas que visam a proteger espaços específicos contra o regime imperial e, ao mesmo tempo, possibilitar a construção de trajetórias de desenvolvimento que ultrapassem as limitações inerentes a este regime. (PLOEG, 2011, p. 124)

3.2 Os mercados institucionais

O Estado tem papel decisivo no desenvolvimento dos circuitos curtos e pode ajudar na implementação e fortalecimento de redes de comercialização, bem como, promover e ampliar o mercado institucional (merenda escolar, compra antecipada para programas sociais). (DAROLD, 2013)

Os mercados institucionais são aqueles mercados onde as compras são realizadas através de licitações ou chamadas públicas, onde as aquisições são destinadas aos programas e políticas sociais, sendo que os recursos para as compras são governamentais.

No estado do Rio Grande do Sul são operacionalizados dois programas de compra institucional, o PAA e o PNAE.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é uma política pública que permite adquirir produtos da agricultura familiar através de compra institucional, dispensando licitação, através do qual são assegurados os preços mínimos para a compra. Os alimentos adquiridos são destinados aos grupos que se encontram em situação de insegurança alimentar. Sendo assim, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Criado no ano de 2003 faz parte das estratégias do Programa Fome Zero, do então presidente Lula. O programa Fome Zero por sua vez apresenta como principal objetivo promover a segurança alimentar promovendo o acesso a alimentos. Aliado a outros programas tinha como meta diminuir as desigualdades econômicas e sociais dos brasileiros.

Para os agricultores familiares, o PAA representa uma oportunidade concreta de comercialização dos produtos, já que apresenta objetivo como incentivo a produção da agricultura familiar.

Através das compras públicas é possível aos agricultores familiares, realizar a comercialização dos seus produtos. Este processo simplificado dispensa as licitações, o que torna o processo mais justo, pois não há concorrência com grandes empresas.

Além disso, o PAA fortalece as redes locais e regionais de comercialização, pois estimula os agricultores a organizarem sua produção, já que a venda através do programa é garantida.

Segundo Grisa et al. (2011):

O PAA sinaliza um novo estágio no que se refere às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo porque abre um canal de comercialização para essa categoria social, garantindo a aquisição de seus produtos pelo Estado por meio de mecanismos diferenciados. A garantia de comercialização traz um novo alento a essas famílias, que podem lançar mão de suas especificidades, de seus valores e suas práticas locais para articular-se com diversos públicos consumidores. (GRISA, et al., 2011, p. 37)

Para a agricultura familiar, o programa ainda apresenta mais benefícios. A garantia dos preços mínimos possibilita a comercialização com base nos preços praticados na região. Sendo que o preço é estabelecido através de uma consulta de preços da região. Também elimina a figura do atravessador, responsável por intermediar a comercialização até os consumidores.

O programa é organizado através de modalidades, que definem a origem do recurso, forma de acesso o limite por Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP e destinação dos produtos adquiridos.

Um aspecto a ser considerado, é que o programa fortalece circuitos locais e regionais de comercialização, o que contribui para a valorização dos produtos da região. Dentre outros benefícios, o programa fortalece o associativismo e cooperativismo, pois apresenta como critério para algumas das modalidades a participação em organizações.

Para os agricultores agroecológicos oferece benefício financeiro, sendo que proporciona um incremento de 30% no valor pago pelo produto convencional. Desta forma, o PAA incentiva a produção e comercialização de produtos agroecológicos.

Assim, o Programa de Aquisição de Alimentos vem ao encontro das necessidades dos agricultores familiares, garantindo a comercialização dos seus produtos e consequentemente a geração de renda.

O PNAE foi originalmente criado na década de 1950 com o objetivo de oferecer alimentação escolar aos estudantes de escolas públicas.

O programa passou por diversas mudanças através dos anos. No entanto, é somente a partir de 2009 que se pretende observar. Na sanção da lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 se apresentou um importante avanço, a garantia de que no mínimo 30% dos investimentos sejam destinados a aquisição dos produtos da agricultura familiar. Esta característica foi responsável por fomentar o consumo e aquisição de gêneros alimentícios regionalizados, incentivando assim os produtos da agricultura familiar.

O programa também dispensa licitação eliminando a concorrência com grandes empresas. Como critério para a contratação dos projetos através da chamada pública, tem preferência, agricultores do mesmo município, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas e fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Assim, os mercados institucionais contribuem para garantia de comercialização e a manutenção de preços mínimos aos produtos. Estes mercados aliados aos demais canais curtos de comercialização podem garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar, garantindo a geração de renda.

A implementação de políticas públicas de apoio à comercialização e inserção ao mercado surgem da necessidade de se promover a inclusão social e produtiva desta categoria social. Contribuem “para que os agricultores familiares enfrentem os desafios do mundo contemporâneo, à medida que simultaneamente oportunizam a inserção nos mercados e a geração de trabalho e renda junto aos beneficiários.” (BECKER, 2010, p. 64)

Assim, as possibilidades de inserção aos mercados tanto de venda direta quanto de venda indireta podem contribuir para a geração de renda e manutenção familiar. Estas alternativas comerciais podem ser consideradas como estratégias para a manutenção e reprodução da agricultura familiar.

4 A FORMAÇÃO DO MST E AS RELAÇÕES COM AS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS

O Movimento dos Sem Terra - MST foi criado formalmente em 1984, fruto da articulação das lutas pela terra iniciadas a partir do ano de 1979, período em que a agricultura brasileira passou por grandes transformações.

A década de 70 foi o período de intensificação do processo de modernização da agricultura brasileira, caracterizado pela mecanização da agricultura e pela introdução do pacote tecnológico baseado na utilização de agrotóxicos, adubos químicos e sementes.

Esta agricultura, de traços mais profundamente capitalistas, expulsou do campo de modo muito rápido entre 75 a 80 grandes contingentes populacionais, exatamente as pessoas que viviam como arrendatários, como parceiros, ou que se caracterizava pelo uso intensivo de mão-de-obra. Com a mecanização, grande parte desta força de trabalho não era mais necessária. (CALDART, 2000, p.69)

Com a mecanização da agricultura um grande contingente populacional perdeu sua função no campo, pois a mão de obra foi substituída por máquinas e implementos agrícolas e, isso fez com que estas pessoas buscassem alternativas de trabalho e renda, nas cidades ou em outras regiões do país. Basicamente, estas famílias rurais tiveram dois destinos importantes, ou se deslocaram para os estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso, que apresentavam na época projetos de colonização ou migraram para centros urbanos. Porém, as famílias que foram para o norte do país tiveram inúmeras dificuldades de adaptação, tanto pelas condições naturais e sociais diferentes das quais estavam habituados, quanto às restrições de ordem econômica e de infraestrutura (como falta de estradas, armazenagem, entre outros).

Ainda houve um grande número de famílias que se deslocaram para as cidades, atraídas pela expansão industrial do “chamado milagre brasileiro”, o que também não representou uma alternativa promissora, uma vez que no final da década de 70 já se percebe sinais de crise do setor industrial.

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer

permanecer no campo e, sobretudo na região onde vive. (STEDILE, 2012, p. 19)

Além das mudanças no cenário da agricultura brasileira advindas do processo de modernização da agricultura brasileira, ainda existem fatores de caráter sociocultural e políticos que precisam ser considerados para a compreensão do surgimento do MST.

Durante o período da ditadura militar (1964–1985) as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) desenvolviam inúmeros trabalhos com a população do campo com o objetivo de resistência a ditadura. No ano de 1975, surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que atuou diretamente na organização e luta dos trabalhadores. Segundo STEDILE e FERNANDES, (2012, p.22) “Com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes da pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo”

Além disso, a CPT foi importante para a criação do MST porque tinha um caráter ecumênico, unindo as forças dos padres católicos com a dos pastores luteranos, não permitindo a fragmentação, pela orientação religiosa, dos grupos integrantes do movimento. Assim, a contribuição da CPT foi para a formação de um único grupo de abrangência nacional. Segundo (STEDILE; FERNANDES, 2012 p. 22) “A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses”

Outro importante fator para a criação do MST foi o contexto político, ou seja, o processo de redemocratização do país. No início dos anos 80, do século XX, surgem organizações de trabalhadores também nas cidades que impulsionando a ocorrência de diversas manifestações reivindicatórias de direitos civis.

Não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do Brasil naquela época. Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao surgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e a luta pela democratização da sociedade. (STEDILE; FERNANDES 2012 p.24)

Assim, a criação do MST foi motivada pela união destes três fatores, os aspectos socioeconômicos, através da modernização da agricultura, a dimensão ideológica, pelo trabalho pastoral da igreja e, ainda, o cenário político do processo de redemocratização do país.

Além destes fatores de abrangência nacional, a formação do MST foi influenciada por outros elementos isolados, as lutas pela terra anteriores (ligas camponesas), os conflitos do campo distribuídos por diversas regiões brasileiras (Contestado, Canudos, etc)².

Assim, se deu em cada estado brasileiro a formação do MST, pautada nos acontecimentos localizados tornando assim um movimento articulado e organizado nos 22 estados brasileiros.

4.1 Características organizativas do MST

A criação do MST foi motivada por diversos fatores, além destes a formação do MST tem influência da história das lutas do campo, conforme mencionado anteriormente. Além disso, o movimento se constitui a partir de diversas dimensões, a saber:

1º Como movimento popular: sem discriminação quanto a gênero, raça, profissão, classe social. Assim, todos que se identificassem com a causa poderiam contribuir e se incluir no movimento. “Na constituição do MST, foi-se aprendendo que a luta não era apenas por um pedaço de terra, era uma luta permanente pela dignidade e pela vida. Daí a necessidade de participação de todos.” (FERNANDES, 1999, p. 75)

2º Como movimento sindical/corporativo: os objetivos do movimento não se restringiam somente a conquista da terra. A luta continua pelo acesso a créditos, estradas, saúde. “Os sem terra foram aprendendo na caminhada que quem só luta pela terra tem na terra o seu próprio fim. Perder o vínculo com a organização dos trabalhadores é cair no isolamento.” (FERNANDES, 1999, p.76)

3º Como movimento de caráter político: a luta pela terra e pela reforma agrária somente seria conquistada se fizesse parte da luta de classes (contra o latifúndio, contra o Estado).

² Ver mais sobre o assunto: FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servolo de, PAULILO, Maria Ignez (Orgs.) Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo. UNESP, 2009. 327p

O político aqui possui o sentido da pluralidade e da coerência, porque é a política que sustenta a convivência na diversidade. E a diversidade é a marca principal do MST, já que passou a reunir gente de todos os credos, de todas as culturas e de todas as regiões brasileiras. (FERNANDES, 1999, p. 76)

O MST buscou, desde o princípio, conhecer as histórias dos movimentos camponeses e o antecederam para aprender com a experiência vivenciada e assim não cometer os mesmos erros que estes movimentos cometeram no passado.

O que mais aprendemos com as organizações camponesas que nos antecederam, no Brasil e na América Latina, foi que no desenvolvimento do movimento, apesar de ser camponês e possuir um caráter social, deveríamos nos preocupar em aplicar alguns princípios organizativos. Por quê? Porque esses princípios, se respeitados iriam garantir a perenização da organização. Não são normas, não são sugestões. São princípios. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 41)

A partir desta compreensão, foi elaborado um conjunto de princípios que passaram a orientar as ações do MST. “Foi por meio desses fundamentos que os sem-terra criaram uma prática política diferenciada dos outros movimentos sociais”. (FERNANDES, 1999, p. 76)

Sobre a direção coletiva, para o movimento prevalece a ideia de um processo participativo nas ações, assim, a organização do movimento é formada por uma direção coletiva, ou seja, não existem cargos individuais de gestão, como presidente, secretário. A organização é formada por um conjunto de pessoas.

No que tange a divisão de tarefas, na organização do movimento o importante é valorizar as aptidões e habilidades dos indivíduos, assim todos apresentam uma função e são valorizados por isso. Segundo Stédile “aprendemos que a primeira pergunta que se faz para o militante é a seguinte: “O que tu gostarias de fazer dentro do MST?” (STEDILE, FERNANDES, 2005, p.43) Assim todos podem contribuir com a luta. “Não adianta dizer que a luta é justa, é preciso aprender a lutar e fazer a luta” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p.86). Assim, entende-se que este princípio diz que é necessário a mobilização para a luta, que esperar não chega a nada, é necessária a luta popular para chegar ao objetivo.

Sobre a disciplina, este princípio corresponde ao entendimento de que as pessoas envolvidas no movimento respeitem as decisões das instâncias diretivas. Assim, é necessário disciplina para respeitar a organização interna.

O movimento incentiva o estudo permanentemente, pois Stédile afirma que “Se tu não aprenderes, não basta a luta ser justa. Se não estudares consequentemente nem tu nem a organização irão longe.” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p.44)

A partir do estudo, o MST procura formar seus próprios quadros técnicos. Sejam das áreas técnicas, de formação política, enfim, profissionais de todas as áreas.

Por fim, um dos princípios é de que os integrantes do movimento não devem perder os vínculos com a base social. Assim, mesmo os integrantes ocupando uma função diretiva, devem estabelecer contato com a base social dos assentamentos. Para ouvir, entender os problemas, participar.

4.2 As Organizações Coletivas: cooperativas e associações

As organizações coletivas são formadas por grupos de indivíduos que tem interesses comuns, julgam que as ações individuais desorganizadas são menos eficientes que a ação coletiva. A partir do momento que a ação é realizada em nome de grupos de indivíduos é tomada a decisão em forma de organizações. A característica primária da organização é satisfazer o interesse do grupo (GERLAUCH, apud OLSON, 2004, p. 42).

O ato da cooperação sempre esteve presente ao longo da história, nas mais diversas civilizações e sociedades. No entanto, estas relações de colaboração e ajuda mútua não podem ser confundidas com a criação do cooperativismo e das primeiras cooperativas.

Embora sejam encontradas experiências cooperativas e associativas em períodos bastante remotos, estas não passam de manifestações de sociabilidade característica do homem enquanto um ser social. Não é possível considerá-las partes do movimento cooperativista que é genuinamente moderno. O cooperativismo, enquanto doutrina, teoria, sistema ou movimento associativista de trabalhadores, é um fenômeno moderno oriundo da oposição operária às consequências do liberalismo econômico praticado na Inglaterra e na França do século XVIII e XIX. (COSTA, 2007, p.4)

Assim, o cooperativismo surgiu como um movimento de organização da classe trabalhadora para contestar as condições de trabalho e exploração durante a revolução industrial na Europa. Segundo Schneider (2012),

As cooperativas surgem como uma reação emancipatória e uma resistência do mundo operário e camponês à grave situação de exploração durante a primeira fase da Revolução Industrial, quando o liberalismo de então era contrário a qualquer forma de associação profissional, que visasse a defesa dos interesses da classe. (SCHNEIDER, 2012, p. 254)

Para o mesmo autor, “As condições miseráveis e desumanas, unidas a escandalosos contrastes com a burguesia, originaram o movimento operário” (SCHNEIDER, 2012, p. 255). Os operários perceberam que a única alternativa para se contrapor ao sistema excludente seria a associação entre os trabalhadores, o que proporcionava mais força para as suas reivindicações.

Embora inicialmente estas associações de trabalhadores não apresentavam distinção quanto aos seus objetivos, apresentando simultaneamente as funções de sindicato, política e cooperativismo. “Progressivamente, o movimento operário se diferenciou em três ramos principais: o sindicato no campo trabalhista; o socialismo no plano político e; o cooperativismo como estrutura socioeconômica.” (SCHNEIDER, 2012, p. 255)

Depois de várias experiências de associações de trabalhadores, a cooperativa Rochdale foi a mais exitosa, conhecida como a pioneira deste movimento cooperativista no mundo. Em período de grande crise, ocasionado pelo desemprego, um grupo de operários organizou uma cooperativa de consumo, que objetivava a redução de custos da alimentação para seus cooperados. Inicialmente modesta, mas que com o passar dos anos acabou ganhando grandes dimensões.

Com isso sua história, seus valores, e sua organização incentivaram a criação de diversas cooperativas no mundo todo.

Em seus estatutos, pensados e definidos de forma coletiva e grupal ao longo de um ano, os 28 pioneiros codificaram os valores, princípios e métodos essenciais do cooperativismo, os aplicaram com perspicácia excepcional e os propagaram com êxito. (SCHNEIDER, 2012, p.256)

Atualmente, a formação desta forma de organização associativista apresenta as mais diversas finalidades, as cooperativas podem apresentar como definição e objetivos. Podem ser dos ramos agropecuários, crédito, consumo, educacional, habitação, infraestrutura, saúde, transporte, turismo, enfim de diversas áreas do conhecimento.

A cooperativa é uma entidade que, à semelhança de qualquer empreendimento econômico, deve pautar-se pela racionalidade econômica, com clara definição dos objetivos e meios, e que demanda disciplina interna, ordem, planejamento, uso adequado dos recursos e hierarquia na busca dos seus objetivos. (SCHNEIDER, 2012, p.253)

Logo, as cooperativas surgem para alcançar objetivos comuns aos seus cooperados, sendo que para isso existe um conjunto de normas e procedimentos legais e administrativos pactuados de forma participativa em assembleias.

As cooperativas agropecuárias por sua vez, surgem da necessidade de conquistar, com a união de agricultores, o que de forma isolada seria bastante difícil. Sendo que os benefícios podem ocorrer em diversas etapas da cadeia produtiva. A organizar da produção, comercialização, aquisição de insumos e infraestrutura, transporte, crédito.

A cooperativa, enfim, é tida como possuidora de vantagens, constituindo-se num instrumento eficaz para as mudanças da realidade no meio rural. Elas são organizações de adesão voluntária onde os associados se unem com o objetivo de atender tanto ao seu interesse como os interesses comuns da organização. (FILHO e PINHEIRO, s.d., p.2)

As cooperativas agrícolas, atualmente, exercem um importante papel de relação com o Estado, principalmente por oportunizar acesso a crédito e a insumos com facilidade para o pagamento e permitindo acesso a políticas públicas voltadas as famílias com restrições a créditos. Assim, a cooperativa se torna um instrumento para viabilizar as políticas públicas para o desenvolvimento rural.

As cooperativas agrícolas desempenham um relevante papel no meio rural por estabelecerem relações estreitas com bases agrícolas, constituindo-se, por um lado, em organizações importantes para o funcionamento dos sistemas agroindustriais e por outro, como instrumento inter-relacionado com órgãos do estado para viabilizar as políticas agrícolas no campo. (FILHO e PINHEIRO, s.d., p.2)

Além dos benefícios econômicos, as cooperativas fortalecem as relações sociais entre os cooperados. E, se configura como uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar, já que com as cooperativas é possível aos associados obter maior preço pelo seu produto, organizar a produção e comercialização, baratear insumos e vários outros benefícios.

O cooperativismo, nesse sentido, representa a institucionalização de um espaço social, político, econômico, através do qual os agricultores podem potencializar o seu potencial produtivo e implementar as ações de interesse do grupo, especialmente aquelas relacionadas a uma inserção mais competitiva nos mercados locais, regionais, nacionais e globais. (PIRES, 2010, p. 9)

Neste sentido, as cooperativas surgem para potencializar as ações dos agricultores, e apresentam como principal finalidade melhorar as condições de vida dos seus associados, através de resultados econômicos sociais ou culturais.

Por sua vez, o associativismo é entendido como uma característica do homem como um ser social pertencente a uma sociedade, que sempre existiu em todas as épocas da história. As relações de ajuda mútua, solidariedade, trabalho coletivo, mutirões, entre outras ações coletivas faziam parte das mais primitivas

comunidades. Vale lembrar, a existência de diversas formas de associativismo, porém, optou-se por apresentar os subsídios teóricos referentes às associações formais, que é interesse deste estudo.

Com o aprofundamento das relações capitalistas de produção no espaço rural, em virtude da modernização da agricultura, intensificada a partir de meados da década de 1960, evidenciou-se o fortalecimento de diferentes formas de organizações coletivas de produtores rurais em relação: à produção, à assistência técnica e à comercialização agrícola. (NORONHA e HESPANHOL, 2006, p.2)

A associação, muitas vezes, é compreendida como uma forma de organização coletiva menos complexa do que a cooperativa, principalmente por não permitir a comercialização por meio da pessoa jurídica. Assim, as associações podem ter influência sobre a organização da produção e comercialização, mas não a obtenção de lucro.

[...] as associações representam uma forma mais simples e informal de organização coletiva, sendo mesmo compreendida ou percebida por muitos, como um degrau intermediário das organizações, situada entre os grupos informais e as cooperativas. (OLIVEIRA; HESPANHOL apud ARAÚJO, 2005, p.4)

No entanto, as associações não podem ser consideradas menos importantes que as cooperativas, visto que as relações sociais de proximidade, reciprocidade, de ajuda mútua são elementos importantes destas organizações, que geralmente aproximam as famílias.

Assim, os objetivos comuns, a participação, a troca de experiências, a ajuda mútua e a solidariedade são aspectos que aparecem nas práticas associativistas enquanto instância de organização de pequenos produtores rurais frente à intensificação de problemas no contexto da atividade agropecuária, em especial aqueles ligados à produção e à comercialização. (NORONHA; HESPANHOL, 2005, p.4)

As associações surgem como um instrumento capaz de alcançar objetivos comuns aos seus associados. “Pois, com a união dos associados, tem-se possibilidades ou não, de haver um encaminhamento das reivindicações, com uma possibilidade de fortalecer suas ações” (MATTOSSINHO et al., 2010, p.5).

Nas associações são observados alguns princípios que influenciam diretamente na organização e responsabilidade do grupo. A adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, formação e informação, interação e interesse comunitário.

As associações são formadas também como um ambiente para a discussão política e debate a cerca das dificuldades e problemas comunitários e onde a união de um grupo pode ser capaz de superar as dificuldades, para dar voz às famílias perante as instituições responsáveis pela gestão municipal, estadual e federal.

[...] as associações de produtores rurais surgem em razão da incapacidade de outros canais de representação, como os sindicatos rurais e as cooperativas, de darem respostas satisfatórias e constantes às demandas dos agricultores, constituindo-se num importante meio para a viabilização de pequenos produtores rurais frente aos altos custos de produção e de exigências tecnológicas. (HESPANHOL, 2013, p. 476)

Atualmente, os grupos organizados são o foco de políticas públicas para o desenvolvimento rural, justamente por aglutinar interesses coletivos. E também por ter uma representatividade e reconhecimento local. Pois, o associativismo, segundo Mattosinho (2010, p.6) [...] “acabou se tornando uma alternativa econômica para que essas pessoas que possuíam poucas oportunidades possam participar do processo de desenvolvimento na sociedade.”

Neste sentido, é que se torna relevante a questão da organização coletiva dos agricultores familiares, visando a superação das barreiras impostas pelos sistemas de capital que hegemonizam e/ou capturam o sistema produtivo agrícola. (OLIVEIRA e HESPANHOL, s.d., p. 3)

Basicamente, no cenário agrário brasileiro dois tipos de organização merecem destaque, e apresentam importantes contribuições para os agricultores familiares e para o desenvolvimento rural brasileiro, que são as cooperativas e as associações.

O meio rural sempre propiciou condições favoráveis ao surgimento e ao desenvolvimento de diversas formas de organização coletiva dos produtores, moradores e trabalhadores. Tal fato explica-se, do ponto de vista social, pela presença mais expressiva de laços de solidariedade e de proximidade entre seus moradores, que podem estar fundamentados em relações de vizinhança, de parentesco e/ou de características religiosas. Do ponto de vista econômico, as dificuldades inerentes ao próprio desenvolvimento das atividades agropecuárias, tais como o acesso a terra, ao crédito rural e a assistência técnica, além de problemas na comercialização, na infraestrutura disponível (silos, estradas pavimentadas ou em boas condições de tráfego), entre outros, levou os produtores rurais a se organizarem de forma coletiva. (HESPANHOL, 2005, p.2)

Estas formas organizativas apresentam leis que as regulamentam e dão suporte legal para sua atuação. Segundo a lei das cooperativas: LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971. Art. 4º “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades.” (BRASIL. LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971.)

Segundo o código civil brasileiro, LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002, a associação “Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.”(BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002)

Formalmente, qualquer que seja o tipo de associação, pode-se dizer que a associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de necessidades e objetivos comuns. Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos. (CARDOSO et al, 2014, p. 7)

As duas formas organizativas apresentam características distintas que orientam a sua formação e seus procedimentos legais. Porém, cabe destacar as principais particularidades que definem a organização social. (Tabela 2)

Tabela 2: Características das associações e das cooperativas

	Associação	Cooperativa
Conceito	Sociedade civil sem fins lucrativos.	Sociedade civil/comercial sem fins lucrativos
Finalidade	Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, profissional, econômica e social dos associados.	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização de acordo com os interesses de seus cooperados. • Atuar em nível de mercado. • Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.
Operações	Auxilia no processo de comercialização dos associados. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.	Realiza plena atividade comercialização. Realiza operações financeiras, bancárias e pode se candidatar a empréstimos e aquisições do governo federal. As cooperativas de produtores rurais são beneficiárias do crédito rural de repasse.
Mínimo de pessoas para constituição	A lei não define o número mínimo de pessoas (físicas e/ou jurídicas) para se constituir uma associação.	20 (vinte pessoas) (se singulares), físicas, exclusivamente. Excetuando as cooperativas de trabalho, para as quais se exige o mínimo de 7 (sete) pessoas. Art. 6º e subsequentes da Lei nº 5.764/1971.

Fonte: Adaptado de Ministério de Agricultura e Pecuária (2008), organizado pela autora, 2016.

Apesar das particularidades, as cooperativas e associações são organizações que potencializam as ações dos agricultores envolvidos. Sendo que a opção entre uma e outra, corresponde principalmente aos objetivos propostos e a sua finalidade. Assim, os próprios agricultores apresentam autonomia para definir qual organização atribui mais benefícios para o desenvolvimento do grupo.

4.3 O sistema cooperativista nos assentamentos

Com a implantação dos assentamentos, muitas dificuldades foram percebidas, de ordem estrutural, produtiva e de organização do trabalho. Para isso “O MST via na cooperação a principal saída para a organização do trabalho e viabilidade econômica da produção”. (BORGES, 2010, p.157)

A constituição do MST como movimentos camponês e popular, passou por diversas fases durante os anos, algumas impulsionaram e fortaleceram, mas também tiveram fases de declínio e recolhimento onde os desafios precisavam ser superados. Assim, o cooperativismo foi uma estratégia para o fortalecimento e enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelos assentados. “O cooperativismo pressupunha a construção de novas relações de trabalho e a supressão das formas tradicionais de organização da produção.” (BORGES, 2010, p. 157)

[...] até 1985, a organização coletiva nos assentamentos foi estruturada por associações de trabalhadores, buscando melhorar, principalmente, a infraestrutura dos assentamentos. As associações tinham o objetivo de viabilizar melhores condições relativas à compra de máquinas, insumos, ferramentas e acesso ao escasso crédito disponibilizado pelo Estado. A organização coletiva por meio de associações foi a principal forma de cooperação agrícola adotada pelo MST até a crise ocorrida na Constituinte e na sucessão presidencial em 1989 (governo Collor). (BORGES, 2010, p.158)

Assim, o período de governo do então presidente Collor, foi um período bastante turbulento para o MST. “Nessa década, também iniciara o pior momento da vida do MST [...] Nesse tempo, ocorreu uma escalada de repressão contra o movimento...” (FERNANDES, 1999, p.189)

Neste período, o MST volta-se a preocupação com a organicidade do movimento e assim cria a Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA e funda a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB em 1992. “Toda a atenção do MST voltou-se para a consolidação de sua estrutura organizacional e desenvolvimento de seu modelo de cooperação agrícola nos assentamentos.” (BORGES, 2010, p.158)

A CONCRAB foi fundada em 1992, foi organizada pela MST a partir de aproximadamente 55 cooperativas de produção e comercialização que operam na base, e de sete cooperativas centrais estaduais. Tem como objetivo a representação política dos assentamentos ligados ao MST, bem como coordenar a organização da produção em todos os assentamentos. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 56)

A formação da CONCRAB é resultado de um processo. Primeiramente de compreensão dos próprios assentados sobre a importância da cooperação e trabalho coletivo para o fortalecimento das ações de reivindicações, mas também de caráter ideológico, fundamentado em subsídios teóricos para a implantação deste modelo de organização do movimento.

Assim, foram realizadas diversas experiências baseadas na obra de Clodonir de Moraes sobre a “Teoria da Organização”, que trouxe importantes subsídios para as práticas sociais relacionadas ao cooperativismo. Porém, o sistema apresentava limitações. “Não deu certo porque, em primeiro lugar, o método é muito ortodoxo, muito rígido na sua aplicação. Em segundo, porque ele não é um processo, é muito estanque.” (STEDILE; FERNANDES 2005, p. 102)

O que importa, para a nossa história, é que entre 1986 e 1990 vivemos em um período de maturação sistematização e estudo, de aprender o que queríamos. Chegamos a essa concepção: “Olha de fato, temos que estimular a cooperação agrícola.” Essa é a meta. Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir o acesso a crédito e as novas tecnologias, permitir e manter uma aglutinação social maior nos assentamentos, criar condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada, colocar escola perto do local de moradia. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 102, aspas do autor)

No segundo período, 1990 a 1993, diante da crise na agricultura, e também pela falta de políticas públicas para a agricultura familiar, a decisão do MST era de criar uma cooperativa de crédito agrícola com o objetivo de garantir créditos permanentes para os assentados. Porém, não foi possível a criação desta instituição devido às restrições legais.

Nesse período concluímos que deveríamos optar por uma outra forma de organização que seria a de centrais de cooperativas gerais, em que possamos aglutinar as cooperativas de comercialização, as diversas formas de cooperação agrícola, as associações. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 106)

E, a partir das cooperativas centrais formou-se a CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, que representa uma forma mais complexa e abrangente de organização. Em 1994, foram formadas 4 cooperativas centrais estaduais. A CONCRAB se forma a partir do SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados. Na CONCRAB participam legalmente somente sócios de associações e cooperativas, no entanto, a discussão e articulação acontecem até mesmo com os sujeitos que fazem parte da base nos assentamentos.

A presença de organizações de movimentos sociais junto aos agricultores assentados nos permite compreender os assentamentos como uma das etapas do processo de retorno e tentativa de manutenção produtiva das famílias de agricultores nos espaços rurais. (FREITAS et al, 2009, p. 8)

O SCA por sua vez, tem um papel articulador, de reflexão e discussão ideológica. Tem como meta articular todos os assentados e continuar o debate sobre o desenvolvimento da produção das famílias assentadas.

Já o ano de 1995, foi um período de amadurecimento da CONCRAB. Foi um período de descobrir, de estudar, de compreender quais seriam as linhas de produção a desenvolver, como aproveitar as brechas de mercado para não cair no mercado capitalista tradicional, de compreender que fundamentalmente temos uma missão social. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 108).

O SCA apresenta um caráter político, responsável por organizar conscientizar e politizar os assentados, mas também apresenta um caráter econômico responsável pela organização da produção, melhoria das condições de vida das famílias, manutenção destas no campo.

O modelo proposto pelo SCA de desenvolvimento dos assentamentos rurais estava ligado à implantação das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Para o MST, as CPAs eram consideradas uma forma avançada de organização, pois reunia as condições reais de ordenamento da produção (coletiva) e das estratégias de inserção no mercado. Isso viabilizaria economicamente os assentamentos e ao mesmo tempo consolidaria a organização coletiva, patamar superior das relações sociais para a transição socialista. Os esforços em torno das CPAs estavam intimamente relacionados com as estratégias do MST para a resistência dos trabalhadores nos assentamentos rurais. (BORGES, 2010, p.160)

O sistema cooperativista, para o MST, perpassa pelas relações mais simples de cooperação e de ajuda mútua, até as formas mais organizadas de cooperação. Porque segundo a CONCRAB, “para nós o importante não é a forma, mas o ato de cooperar. Desde as formas mais simples até as formas mais complexas”. (Cadernos de Cooperação, nº5, 1997, p. 56).

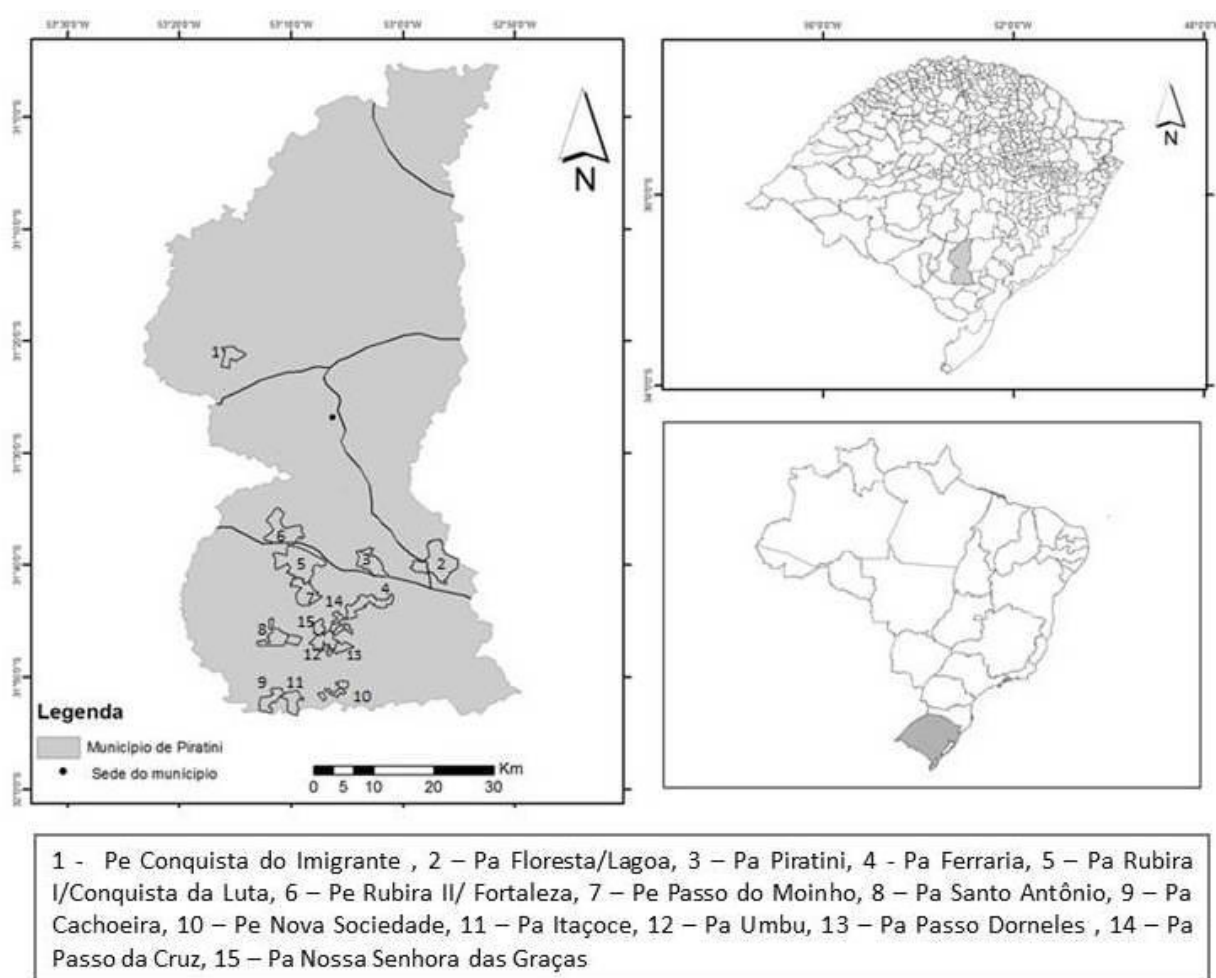
A sobrevivência econômica dos assentados depende do aumento da produtividade do trabalho, do uso racional dos escassos recursos financeiros, naturais e humanos e da inserção dos seus produtos no mercado. Economicamente, a cooperação se configura como uma estratégia de proteção dos agricultores contra as adversidades historicamente vivenciadas pela produção rural de base familiar. É uma forma que os assentados encontram para administrar a escassez de recursos e enfrentar a pobreza, pois, muitas vezes, a quantidade e qualidade da terra conquistada e os recursos recebidos do Estado são insuficientes para equipar os lotes, individualmente, com maquinário, ferramentas, insumos, sementes e matrizes e outros meios de produção que façam frente às deficiências infra-estruturais (SCOPINHO, 2007, p. 87).

Nesse sentido, a viabilidade econômica dos assentados e a construção de um novo sujeito, pautado por valores coletivos, foram os principais princípios do sistema cooperativista nos assentamentos de reforma agrária.

4.4 Os assentamentos no município de Piratini

O processo de formação de assentamentos da reforma agrária foi responsável por assentar 560 famílias distribuídas em 15 assentamentos no município de Piratini. O maior número de famílias foi assentado no 2º distrito de Piratini, região onde estava localizado o maior número de fazendas desapropriadas.

Figura 9. Distribuição dos assentamentos de reforma agrária no município de Piratini.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A maior parte dos assentamentos do município foram criados na década de 90. Dentre estes assentamentos, 9 são administrados pelo INCRA e 2 fazem parte da administração do estado do RS. A partir do ano de 2000, foram criados mais 2 assentamentos do INCRA e 2 assentamentos do estado, sendo que o último assentamento foi criado no ano de 2002.

Segundo Alves et al. (2007, p. 90),“A metade sul do Rio Grande do Sul começou a implementar assentamentos rurais na década de 1980, mas o grande impulso dos programas de reforma agrária, se deram nos fins da década de 1990 e início do século XXI”

Tabela 03. Projetos de assentamentos de reforma agrária em Piratini

Projeto de Assentamento	Ano da criação	Numero de famílias	Área
Pa* Cachoeira	1996	24	680,68
Pa Ferraria	1996	35	1.072,15
Pa Floresta/Lagoa	1997	75	2.224,32
Pa Itaçoce	1996	22	658,5
Pa Nossa Senhora das Graças	2001	14	360,8
Pa Passo da Cruz	1997	13	314,68
Pa Passo Dorneles	1997	15	362,06
Pa Rubira/Conquista da Luta	2001	78	2.368,31
Pa Santo Antônio	1996	37	1.048,93
Pa Piratini	1992	49	1.233,3
Pa Umbú	1996	35	984,29
Pe** Conquista do Imigrante	1990	32	666
Pe Rubira II/Fortaleza	2000	61	1.766,58
Pe Passo do Moinho	2002	45	1.074,17
Pe Nova sociedade	1990	15	525

*Pa (Projeto de assentamento do INCRA)

**Pe (Projeto de assentamento estadual)

Fonte: Relatório Ambiental, INCRA, 2007.

Os assentamentos apresentam características distintas, proporcionadas pela combinação de diversos fatores, como o contexto histórico de formação, localização geográfica, condições ambientais, físico naturais, sociais, culturais, entre outros fatores. Estas características aliadas a outras tantas, são responsáveis pelas opções produtivas definidas pelas famílias.

É fundamental olhar para o assentamento como um lugar social em movimento, ou seja, que vai sendo produzido através das relações que ali se estabelecem, e que resultam das decisões que vão sendo tomadas pelas famílias sem terra (de cada assentamento, mas também, do conjunto dos assentamentos, no caso, do MST) no processo de organiza-lo e de reorganiza-lo permanentemente, a partir das pressões impostas pela realidade. (CALDART, 2000, p. 120)

Tabela 04. Participação dos assentamentos na cooperativa e associações em Piratini

Organização	Assentamento	Ano do assentamento	Número de famílias assentadas	Numero de Famílias associadas	Distância até a sede do município
APROBECO	Pe Nova Sociedade	1990	16	2	80
	Pa Cachoeira	1996	12	2	75
	Pa Umbu	1996	25	1	65
	Pe Fortaleza	2000	42	3	60
	Pa Ferraria	1996	29	2	45
APECOL	PA Rubira	2002	78	2	60
	Pa Piratini	1992	49	13	54
COOPAVA	Pa Piratini	1992	49	13	54

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No PA Cachoeira, criado em 1996, atualmente residem 12 famílias e está localizado no segundo distrito do município de Piratini, totalizando uma área de 680,68 hectares, distante 75 Km da sede urbana. Devido à distância da sede do município, aliada as condições físico naturais, a principal atividade desenvolvida pelos assentados é a pecuária de corte.

As famílias do assentamento são oriundas de várias regiões do estado, principalmente do município de Redentora e outros municípios da região norte do RS. A produção agrícola está representada pelo cultivo de grãos, principalmente milho, além de feijão e mandioca. A produção animal abrange a criação de gado de corte e ovinos de lã e carne. (Relatório Ambiental do INCRA, 2007)

O PE Fortaleza Rubira II está localizado cerca de 26 km ao sul da sede municipal de Piratini, localizado no 5º Distrito, com acesso pela estrada do Passo do Alfaiate e foi implantado em 2000. Atualmente, habitam no PE 62 famílias. Segundo

levantamento realizado pela Emater/PDA (2001), a maioria das famílias é originária da Região das Missões, grande Porto Alegre, Zona Sul e Campanha, formadas por pequenos agricultores, assalariados rurais, assalariados urbanos, antigos parceiros e/ou arrendatários.

O PE Nova Sociedade foi o primeiro assentamento criado no município. O assentamento é composto por 16 famílias, sendo que a maior parte destas famílias é oriunda da região noroeste do estado.

O PA Umbu está localizado cerca de 54,5 km ao sul da sede municipal de Piratini/RS. Segundo o relatório ambiental do INCRA, “O PA Umbu foi implantado em 1996, contando atualmente trinta e duas famílias, oriundas de várias regiões do estado, principalmente Sarandi, Planalto, Ronda Alta e outros municípios da região Norte do estado.” (Relatório Ambiental do INCRA, 2007, p.85)

A matriz produtiva do PA Umbu é variada. A produção agrícola contempla o cultivo de grãos, principalmente milho, feijão, batata, amendoim e mandioca. A produção animal abrange a criação de gado de leite, gado de corte e ovinos. (Relatório Ambiental INCRA, 2007)

O PA Ferraria foi implantado em 1996, contando atualmente com 28 famílias assentadas e está localizado cerca de 40 km ao sul da sede municipal de Piratini/RS. As famílias são originárias de várias regiões do estado, principalmente dos municípios de Cruz Alta, São Miguel das Missões e outros municípios da região norte do estado. “Em função de dificuldades de adaptação, ao longo do tempo houve substituição de algumas famílias devido ao abandono de lotes, sendo que vinte famílias permanecem nos lotes desde a sua criação.” (Relatório Ambiental do INCRA, 2007, p 9)

O PA Rubira/Conquista da Luta, localiza-se no 2º distrito de Piratini, às margens da BR 293, KM 88. As famílias assentadas são oriundas de vários municípios do estado, principalmente de Nonoai, Gravataí e outros municípios da região norte e região metropolitana do RS. Algumas famílias provenientes da região metropolitana não tem origem rural, razão pela qual desconhecem as características da atividade produtiva agropecuária. “Em função de dificuldades de adaptação, ao longo do tempo houve substituição de algumas famílias devido ao abandono de lotes, sendo que entre 50 e 60% permanecem nos lotes desde sua criação.” (Relatório Ambiental do INCRA, 2007, p. 88)

A produção agrícola contempla o cultivo de grãos, principalmente milho, feijão e girassol, além de batata, mandioca e melancia. A produção animal abrange a criação de gado de leite, gado de corte, caprinos e ovinos. (Relatório Ambiental do INCRA, 2007)

O PA Piratini foi inicialmente organizado em um modelo coletivo de produção, onde a terra, os meios de produção e trabalho eram compartilhados entre todas as famílias assentadas.

Esta área foi dividida em 49 lotes de terra para, assim, concretizar o projeto de assentamento. A área era de propriedade da empresa Cica-Sul, agroindústria responsável pelo processamento da produção de pêssego. A desapropriação foi motivada pelo estado de falência que ocorreu na empresa e assim a propriedade teve como destino o uso para a Reforma Agrária.

No entanto, este projeto foi lentamente enfraquecido e as famílias que faziam parte do modelo coletivo de produção passaram a desenvolver a produção em lotes individuais. Assim, do grupo de 49 famílias restaram apenas 13 famílias que permanecem no modelo coletivo de produção.

O sistema coletivo envolvendo estas 49 famílias foi desenvolvido durante 3 anos. Neste período, estas famílias conviveram nos espaços de trabalho, lazer e alimentação coletivamente. Para todas as atividades eram realizados mutirões e tudo era dividido entre as famílias.

A partir destes três primeiros anos, algumas famílias optaram pela saída deste modelo de produção, pois preferiram dedicar seu trabalho em um lote onde o trabalho desenvolvido seria individual, sobre gestão e trabalho da própria família.

Depois destes três primeiros anos de experiência, 19 famílias resolvem sair deste projeto coletivo. Este primeiro grupo optou por sair do sistema coletivo no momento em que se inicia o processo de legalização do grupo, que até então funcionava na informalidade. Quando iniciam as discussões sobre o processo de formalização do grupo para o sistema cooperativo, ocorre a saída destas primeiras famílias. Sucessivamente, com o passar dos anos, outras famílias, por motivações diversas também se retiraram do sistema coletivo, restando atualmente apenas 11 famílias deste projeto inicial.

Este contexto histórico é de fundamental importância para entendermos o processo de constituição do grupo APECOL. Pois, as famílias da associação faziam parte do sistema coletivo de produção, que com o passar dos anos foram se

desestimulando com o sistema coletivo e optando pelo sistema individual com o lote sob gestão da família.

Assim, o assentamento é formado por um grupo coletivo de produção denominado COOPAVA e outro pelo sistema de trabalho individual, com as famílias restantes.

A seguir será realizada análise sobre as organizações sociais e a comercialização em canais curtos de comercialização da agricultura familiar no município de Piratini-RS

5 MERCADOS SOCIAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE PIRATINI: A PERSPECTIVA DOS SUJEITOS LOCAIS

Para a realização deste trabalho foram considerados três casos de organizações associativistas de agricultores assentados no município de Piratini e suas experiências de comercialização dos produtos agrícolas. Para tanto, apresenta-se uma descrição do contexto que envolve cada o grupo, seguido da discussão sobre o papel dos circuitos curtos de comercialização na perspectiva dos sujeitos envolvidos.

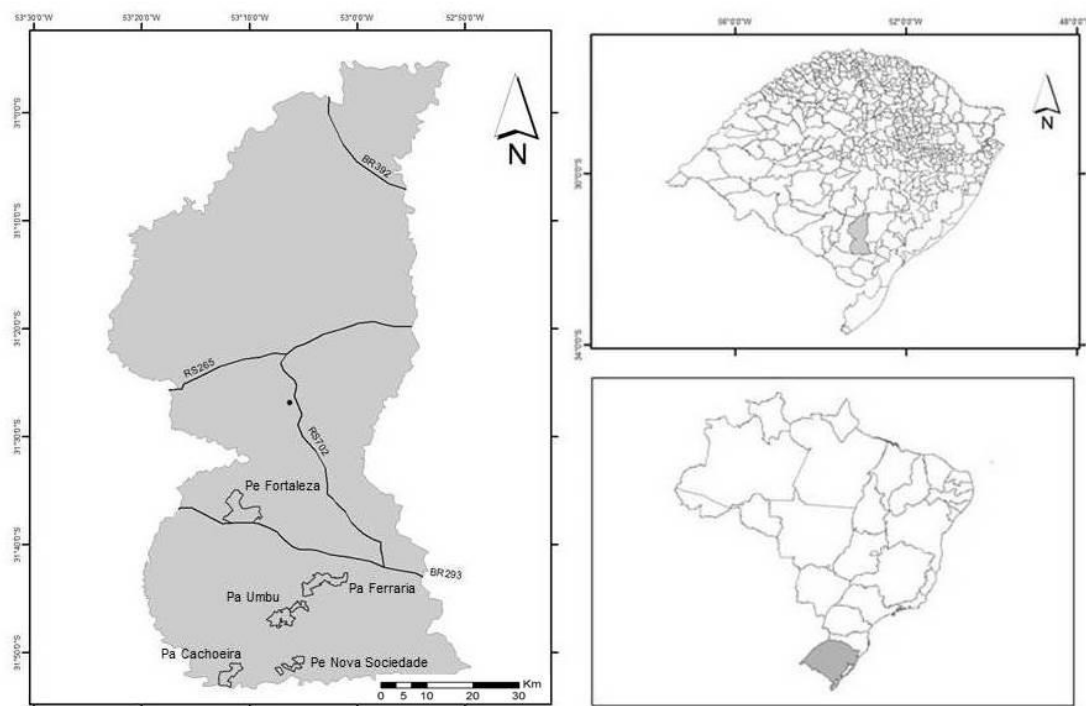
5.1 Associação de Produtores de Base Ecológica – APROBECO

A criação da associação foi motivada inicialmente para regulamentar o grupo de agricultores assentados que comercializavam seus produtos nas feiras mensais da reforma agrária na sede do município de Piratini. No entanto, vale lembrar, que as feiras iniciaram no ano de 2009, mas somente no ano de 2012 que se iniciam as primeiras discussões sobre a criação de uma associação formal de agricultores assentados feirantes.

A APROBECO foi criada por um grupo de agricultores assentados que participavam da feira da Reforma Agrária do município de Piratini, organizada inicialmente com o apoio da EMATER, que teve início no ano de 2009. Estes agricultores observaram a necessidade de organizar melhor a feira e o grupo de produtores, tanto nos aspectos produtivos quanto sociais e, principalmente, na ampliação da comercialização. Assim, a partir do ano de 2014, o grupo formalizou a associação e definiu a produção ecológica como base do sistema produtivo.

Atualmente, a associação conta com 14 famílias associadas, residentes em 6 diferentes assentamentos do município de Piratini. Conforme a figura 10, pode-se perceber a localização dos assentamentos no município, onde residem os agricultores assentados que fazem parte da associação.

Figura 10. Localização dos assentamentos que fazem parte da APROBECO



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

5.1.1 Perfil socioeconômico dos associados

A APROBECO é composta por agricultores assentados no município de Piratini, onde tanto os homens quanto as mulheres fazem parte da associação. Sendo que 90% destas famílias estão assentadas em período superior a 10 anos no município. A maior parte dos homens associados, ou seja, 64% apresenta uma faixa etária entre 50 a 64 anos. Já entre as mulheres associadas prevalece a faixa etária entre 35 a 49 anos, representa a maior parte, o que totaliza 75% do total. No entanto, cabe destacar a ausência de jovens nesta associação, o que pode comprometer a sua continuidade.

Tabela 5. Faixa etária e sexo dos associados da APROBECO

Faixa etária	Homem	Mulher
18 a 24	0%	0%
25 a 34	0%	0%
35 a 49	36%	75%
50 a 64	64%	25%
Acima de 65	0%	0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quanto à escolaridade, o nível fundamental apresenta a maior representatividade, sendo 91% entre os homens e 90% entre as mulheres. O restante dos associados apresenta o nível médio.

5.1.2 Organização da Produção

A opção dos consumidores pelos produtos orgânicos³, vem crescendo no Brasil nos últimos anos. O mercado para este tipo de produto esta cada vez maior. No entanto, os consumidores precisam de garantias para atestar que os produtos são realmente orgânicos, portanto, a legislação brasileira criou mecanismos legais para assegurar a conformidade orgânica através da certificação orgânica. Assim, uma série de procedimentos legais e auditorias são responsáveis por certificar os produtos como produção orgânica.

No entanto, para a venda direta, existe outra possibilidade para atestar a conformidade orgânica para os consumidores denominada de Organização de Controle Social – OCS.

Segundo a alínea VIII do Art. 2 do Decreto Nº 6.323/07, a Organização de Controle Social é definida como "*grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade.*". (MAPA, 2016, s.d. atas o original)

² Os conceitos de Agricultura Orgânica e Agroecologia muitas vezes se confundem. Ver mais sobre o assunto em: ABREU et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, p. 143-160, jul./dez. 2012. Editora UFPR

Os feirantes da APROBECO iniciaram, no ano de 2014, o processo de criação da organização de controle social para a comercialização dos produtos orgânicos para a venda direta. Esta organização de controle social possibilita a comercialização de produtos orgânicos para a venda direta, sem o selo oficial de certificação orgânica, que é indispensável pela legislação brasileira para a comercialização de produtos orgânicos.

Com a OCS, os agricultores assentados podem garantir a qualidade orgânica dos produtos e identificar que são responsáveis pela produção orgânica de cada produto.

O sistema é participativo, pois todos os agricultores assentados do grupo precisam atestar a conformidade orgânica dos produtos. Além disso, é necessária a participação de técnicos e consumidores no processo de fiscalização. Com a aprovação em todos os processos avaliativos, os agricultores assentados recebem um atestado do MAPA para a comercialização da produção orgânica.

Os agricultores assentados da APROBECO, já foram submetidos a esta organização de controle social, para assim garantir aos consumidores a conformidade orgânica.

A OCS serve também como uma comprovação para a comercialização orgânica para os programas PAA e PNAE, o que pode contribuir para que os agricultores assentados comercializem seus produtos também nestes mercados institucionais.

5.1.3 Organização da Comercialização

Os agricultores assentados que fazem parte da associação APROBECO apresentam dificuldades para a comercialização dos seus produtos. A principal dificuldade para isso se deve a grande distância do mercado consumidor. Apesar das longas distâncias, o grupo de entrevistados consegue realizar a comercialização dos seus produtos em canais curtos de comercialização. Sendo a feira livre o canal onde é comercializado o maior volume de produtos.

A Feira da Reforma Agrária foi criada em 2009, como uma estratégia para a comercialização e geração de renda das famílias assentadas no município de Piratini. As famílias produziam uma grande diversidade de produtos, no entanto não havia um canal consolidado para a comercialização. Deste modo os agricultores

assentados, com o apoio da EMATER, realizaram a primeira edição da feira neste ano e assim seguiram até agora.

Nos primeiros anos de execução das feiras não existia uma infraestrutura adequada para a comercialização. E, também, não havia meios de transporte para realizar a logística dos produtos, sendo realizado através do apoio da EMATER, e dos agricultores assentados que possuíam veículos para o deslocamento dos produtos até o local de realização da feira. (figura 11)

Figura 11: Feira da Reforma Agrária no município de Piratini-RS



Fonte: Ascar/Emater- Piratini, 2015.

Com o crescimento da feira foi necessário buscar um meio de transporte com capacidade maior para logística dos produtos. Atualmente, é realizada uma parceria com a prefeitura municipal de Piratini que cede um ônibus para realizar o transporte da feira uma vez por mês. Neste acordo foi definido um roteiro para o deslocamento do veículo, o qual percorreria todos os assentamentos onde houvesse agricultores dispostos a comercializar os produtos na feira. No entanto, o roteiro apresenta dois problemas que dificultam extremamente à execução mensal da feira. A distância dos assentamentos, aliada às más condições das estradas são os principais fatores que prejudicam a execução contínua da feira. O roteiro com aproximadamente 250 km de distância fica bastante prejudicado, principalmente nos períodos chuvosos. Além disso, o acordo firmado com a prefeitura também apresentava problemas na execução.

Estes problemas contribuíram para que a feira, no ano de 2015, tivesse poucas edições. Esta descontinuidade acaba prejudicando também as relações de venda, já que não existe uma garantia tanto para os produtores quanto para os

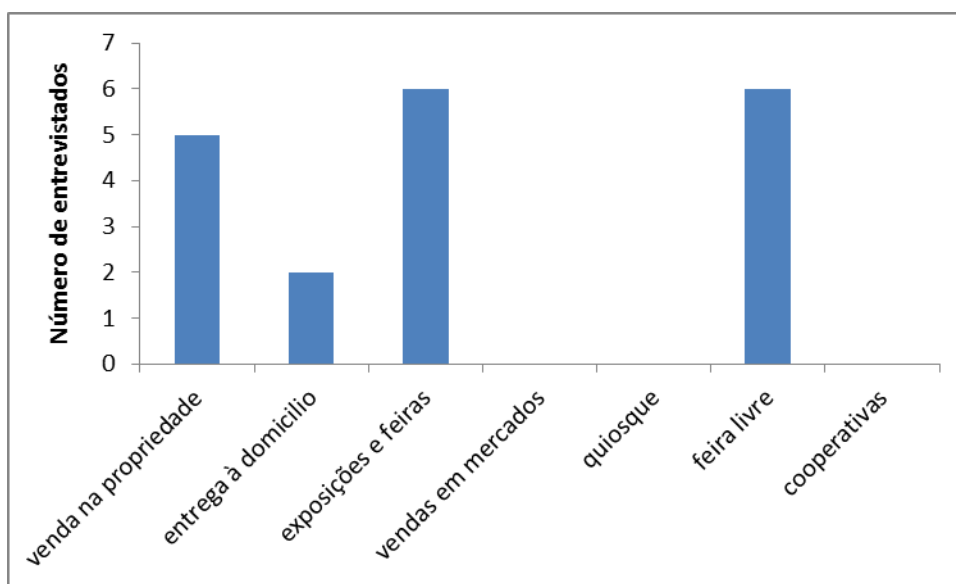
consumidores para a realização da feira. Portanto, a frequência mensal da feira é observada como insuficiente, dado a quantidade de produtos que as famílias produzem. Segundo o entrevistado E. A. (2016):

O pouco que a gente vende, eu digo pouco porque a gente vende mensalmente, mas muitas coisas seriam perdidas a gente vai lá e vende 100, 200, 300 reais, isso nos ajuda. A gente vai pra feira e de lá já traz outros produtos que não produz aqui. Isso ajudou e tem que ajudar muito mais.

Além da feira, os associados também participam de exposições e feiras municipais, eventos onde também é realizado o comércio dos produtos dos integrantes da APROBECO.

Já em menor frequência, alguns agricultores assentados conseguem vender os produtos no próprio lote e, uma minoria, consegue entregar os produtos a domicílio, conforme mostra a figura 12.

Figura 12. Tipos de canais curtos de comercialização utilizados pela APROBECO



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Na feira livre são comercializados produtos de origem vegetal e animal, produtos processados artesanalmente, artesanatos. Geralmente, são disponibilizados os produtos da época. Já a comercialização em exposições e feiras, ocorre em menor frequência. Nestes são também comercializados produtos de origem vegetal, animal, processados artesanalmente, artesanatos domésticos, entre outros.

As vendas diretas na propriedade ocorrem quando os próprios consumidores se deslocam até os lotes para a aquisição de produtos. Geralmente, são comercializados produtos com um maior volume, animais, grãos como feijão, milho.

Quanto às entregas a domicílio, estas ocorrem quando os consumidores encomendam produtos para os produtores e estes levam diretamente para as residências dos seus clientes. Podem ser comercializados produtos diversificados, de origem vegetal, animal e até mesmo artesanatos.

Conforme já mencionado anteriormente, os agricultores associados da APROBECO estão localizados em assentamentos bastante distantes da sede do município. Além disso, os integrantes da associação não residem próximo aos demais associados. Ou seja, os agricultores assentados não possuem laços de vizinhança e proximidade já que fazem parte de assentamentos distintos. Esta característica é apontada como a principal dificuldade para a comercialização dos produtos. Pois, os custos para a logística encarecem extremamente o produto final.

Aliada a distância, os agricultores assentados associados dependem atualmente de transporte cedido pela prefeitura para transportar a produção até a cidade. Por esse motivo, a feira ocorre somente uma vez por mês. Logo, o transporte é um entrave para que a comercialização ocorra com maior frequência.

Para a formação de renda, os canais curtos representam uma alternativa para a manutenção da família. Assim conforme o entrevistado V. S. L: *é nosso trabalho, não adianta nos produzir se não tem onde vender, nós não temos outra renda, nós já temo na agricultura pra produzir. Se nós produzir só pra comer não vamos ter dinheiro pra pagar a luz.*

O entrevistado destaca a importância da produção para o autoconsumo para a manutenção da unidade familiar, no entanto, expõe a necessidade de ganhos monetários para a manutenção de outros custos, como energia elétrica, medicamentos, produtos de higiene, enfim, das demais necessidades familiares.

Os agricultores assentados percebem que solucionando o problema relacionado com transporte, a comercialização na feira poderia manter financeiramente os gastos para a manutenção familiar.

A feira livre na qual os associados comercializam seus produtos, já é uma referência de disponibilidade de alimentos orgânicos no município de Piratini. É a única feira livre onde são comercializados este tipo de produto.

A feira é um espaço social, cultural e educativo que propicia o desenvolvimento de relações entre consumidores e produtores ecológicos. A feira traz diversidade, resgata valores, crenças e possibilita a troca de informações sobre alimentação, saúde e qualidade de vida. (DAROLD, 2012, p.91)

Esta característica é responsável pelo maior volume de vendas, sendo vista como o principal atrativo pelos consumidores e por todos os agricultores assentados entrevistados. Segundo E. A. *Muitos consumidores comentam que consomem porque é um produto mais saudável. Muitas pessoas já tão começando a entender que um produto sem veneno sem agrotóxico é mais saudável.*

Nas feiras agroecológicas ou ecológicas são comercializados produtos certificados (basicamente, hortaliças e frutas) e alguns não certificados (pães, biscoitos, massas caseiras e derivados de leite). Esses alimentos processados são produzidos, normalmente, com parte dos ingredientes não orgânicos e, por isso, não podem ser certificados. (DAROLD, 2012, p. 92)

Nos canais curtos de comercialização são estabelecidas relações sociais entre os atores envolvidos. Principalmente na feira, a possibilidade de interação aproxima os produtores e consumidores. Conforme comenta o entrevistado S.R.:

Quando chegam pra comprar eu explico sobre o produto. Tu explicar pra pessoa o que tu tá vendendo, da onde saiu, porque é tudo natural, não tem veneno. Eles dizem é isso que eu quero, por isso que eu compro de vocês. A gente sabe o que tá comprando. (S. R.)

Todos os entrevistados consideram que a relação de confiança também exerce grande influência na comercialização da produção. A confiança está diretamente ligada ao estabelecimento de laços de fidelidade entre os consumidores e os agricultores. Segundo o entrevistado V. S. L.:

Isso é em tudo que é comércio, influencia dum dialogo que a gente tem, que a nossa divulgação é só boca a boca na feira, que sabe que tá levando um produto sem veneno. A gente tá sempre aberto a explicar sobre o produto, ou porque ele não tá tão bonito, porque ele não tem veneno, daí a gente não consegue a qualidade, beleza daquele produto do mercado.

Segundo os agricultores assentados, a prática do autoconsumo não foi afetada pela comercialização nos canais curtos de comercialização, motivada principalmente pela descontinuidade de execução das feiras.

5.1.4 O associativismo na percepção dos agricultores assentados

Quando questionados sobre a motivação para o associativismo, os entrevistados definiram a importância da união entre os agricultores assentados para o fortalecimento das ações e superar as dificuldades. Segundo E. A. *a associação é o caminho pra gente ter mais força, com a associação a gente tem muito mais força.* Já para outro entrevistado V. S. L. *a associação é importante porque sozinho tu não consegue se organizar, com a associação tu consegue.*

A criação da associação foi motivada para organizar o grupo de agricultores assentados envolvidos com a feira livre da reforma agrária. Desta forma, a associação contribui para melhorar as condições para a comercialização. Através da associação, os agricultores assentados foram contemplados com projeto que proporcionou infraestrutura básica para a comercialização. Neste projeto, em convênio com o INCRA, foram disponibilizados equipamentos básicos para os feirantes. Dentre eles, barraca, balanças, caixas, mesas, entre outros. Esta infraestrutura contribuiu para a melhoria das condições de apresentação da feira livre. Conforme mostra a figura 13.

Figura 13. Barraca da APROBECO na Feira da Reforma Agrária



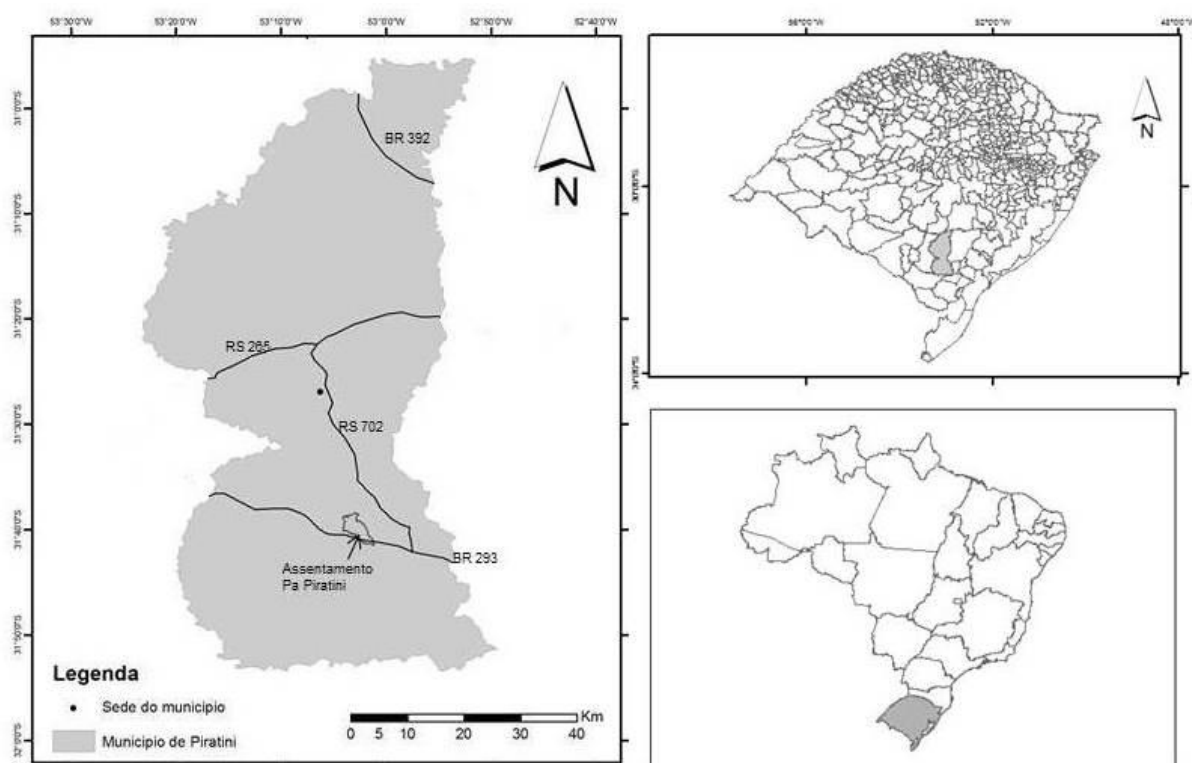
Fonte: Ascar/Emater, 2015.

Destaca-se que foi através da associação, que os agricultores assentados conseguiram o transporte cedido pela prefeitura. Além deste já existem propostas encaminhadas para projetos, com o objetivo de aquisição de um veículo para a associação. Esta possibilidade traria uma solução para a infrequência de realização da feira e serviria também para conquistar outros mercados.

5.2 Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre - COOPAVA

A COOPAVA foi fundada em 1995, por um grupo de 17 famílias de agricultores assentados oriundos do processo de formação de assentamentos da reforma agrária, assentadas no assentamento PA Piratini, também conhecido como assentamento Conquista da Liberdade, no município de Piratini. Este assentamento foi criado no ano de 1992, em uma área de 1.238 hectares. (figura 14)

Figura 14. Localização do assentamento Pa Piratini



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

As famílias que deram continuidade a produção coletiva foram responsáveis pela criação da cooperativa para superar as dificuldades econômicas, principalmente, de comercialização da produção.

As famílias assentadas são originárias da região noroeste do estado do RS, conhecida pela produção intensiva de grãos (trigo e soja). Apesar de considerar que a intensiva produção de grãos na região noroeste do estado na década de 80, impulsionada pelo propósito de aumentar as exportações, foi um dos principais fatores para a redução das pequenas propriedades rurais e expulsão dos agricultores familiares na região noroeste do estado do RS. As famílias do assentamento optaram, inicialmente, por introduzir a produção de grãos no assentamento.

No entanto, a região onde se localiza o assentamento apresenta características ecossistêmicas bastante distintas daquelas da região de origem, assim, mesmo com altos investimentos e uso de tecnologia a produção de grãos não era sustentável economicamente.

Aos velhos vícios, incorporados à prática e ao cotidiano nos tempos de agricultura familiar no noroeste do estado vieram se somar as sérias limitações físicas do novo ambiente para os tipos de culturas aos quais estavam habituados. (SELL, 2011, p.85)

Diante disso, foi desenvolvido um sistema de produção adequado às condições ambientais locais, necessitando, para tanto, uma adaptação dos manejos agrícolas pelas famílias. Conforme o relato dos agricultores assentados, neste caso fazendo referencia a produção da mandioca, *lá na nossa região a mandioca ficava de um ano para outro na terra, aqui ela apodrece*, o mesmo ocorre com o período adequado ao plantio, colheita e vários outros tratos culturais de tantas outras espécies. Assim, se percebe as diferenças no manejo dos cultivos agrícolas entre as regiões noroeste e sudeste do estado do Rio Grande do Sul.

Com isso, optaram por desenvolver a atividade leiteira, combinada com a produção de hortaliças, feijão e policultivos destinados ao autoconsumo.

No ano de 1997, adquiriram máquinas e equipamentos para a industrialização do leite e, assim, passam a produzir e industrializar o leite tipo C com a marca “Terra Livre”, conforme mostra a figura 15.

Figura 15. Logomarca utilizada pela COOPAVA



Fonte: Acervo da Coopava, 2015.

Outro desafio para a os agricultores assentados foi a transição do modelo de produção convencional para as práticas agroecológicas. O período de transição foi importante para a construção e fortalecimento do ideário da agroecologia, porém, não apresentava benefícios econômicos imediatos. Nesse sentido, a formação da cooperativa foi responsável pela organização coletiva, desenvolvendo a produção diversificada, pautada nos ideais agroecológicos.

Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência. (CAPORAI, 2009, p.17)

Cabe destacar que as decisões são tomadas sempre em grupo, através de reuniões e assembleias, onde todos os associados são responsáveis pelos encaminhamentos.

Para o desenvolvimento do trabalho, a cooperativa distribui as responsabilidades e o trabalho em setores, assim cada cooperado é responsável por um setor específico, dentre estes cabe destacar os setores administrativos, produção animal, produção vegetal e agroindústria.

Atualmente, 11 famílias permanecem na cooperativa desenvolvendo o sistema coletivo. No entanto, já se percebe a introdução de filhos de assentados da

cooperativa no sistema coletivo e associados à cooperativa. Até o ano de 2016 2 famílias de jovens foram incluídos neste processo, totalizando um total de 13 famílias ao todo.

Figura 16. Sede da Cooperativa no município de Piratini-RS



Fonte: Acervo COOPAVA, 2014.

Além disso, para a cooperativa os agricultores assentados que comercializam o leite para o laticínio da Coopava também fazem parte do quadro social, no entanto, estas famílias desenvolvem competências distintas dos demais, são oportunizados alguns benefícios, dentre estes a aquisição de insumos, utilização de máquinas agrícolas para o preparo do solo, possibilidade de acessar projetos destinados a cooperativas rurais. Porém, na administração permanecem aos 13 agricultores assentados do sistema coletivo.

5.2.1 Perfil socioeconômico dos associados

Os agricultores vinculados à COOPAVA estão assentados neste assentamento desde o ano de 1992. Estes agricultores já convivem a um período superior a 24 anos.

A maior parte dos cooperados é representada por homens que apresentam faixa etária entre 50 e 64 anos, totalizando 64%. Já entre as mulheres, o maior percentual está compreendido na faixa entre 35 e 49 anos, totalizando 55%. Vale destacar a presença de cooperados idosos, sendo 9% entre homens e mulheres. Também já existe uma porcentagem de cooperados jovens, filhos dos fundadores da cooperativa, que desejam dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos pais.

Tabela 6 Faixa Etária e Sexo dos associados da COOPAVA

Faixa etária	Homem	Mulher
18 a 24	0%	9%
25 a 34	9%	9%
35 a 49	18%	55%
50 a 64	64%	18%
Acima de 65	9%	9%

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Entre os homens cooperados, o nível fundamental é o mais representativo, totalizando 70%, sendo que depois deste, o ensino médio foi concluído por 30% dos cooperados. Já entre as mulheres cooperadas, o ensino fundamental também tem a maior representatividade, totalizando 91% das mulheres cooperadas. Na cooperativa, somente 9% das mulheres concluiu o nível médio.

5.2.2 Organização da Produção

Construído no ano de 1997, o laticínio tem capacidade para industrializar 20 mil litros de leite tipo c por mês. A construção deste laticínio foi oportunizada através do Projeto Terra Sol do INCRA, que tinha como objetivo viabilizar a agroindustrialização nos assentamentos da reforma agrária.

Terra Sol é um programa de fomento à agroindustrialização e à comercialização por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação/recuperação/ampliação de agroindústrias. Atividades não agrícolas - como turismo rural, artesanato e agroecologia - também são apoiadas. (INCRA, 2016)

O Programa Terra Sol surgiu como uma estratégia para o desenvolvimento das famílias assentadas, porque visava aperfeiçoar o processo produtivo e agregar valor aos produtos dos assentamentos.

Observa-se que a agroindustrialização passa a ganhar importância na concepção de desenvolvimento dos assentamentos como consequência da experiência histórica das cooperativas coletivas, principalmente pelo aumento da produtividade do trabalho – ocupação da força de trabalho das famílias, além da geração de renda e agregação de valor à produção. (SULZBACHER, 2014, p.67)

Assim, foram adquiridos equipamentos para o processamento e industrialização do leite destinado a comercialização. Além do leite tipo c, foram adquiridos equipamentos para a produção de bebida láctea e queijos. No entanto, até o momento somente o leite tipo c é industrializado e comercializado.

A matéria prima é oriunda do rebanho da própria cooperativa que atualmente apresenta uma média de 65 vacas em lactação, mas também dos demais associados que fazem parte da rota de coleta do leite.

No início, a cooperativa apresentou grandes dificuldades para a comercialização do leite. Com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos, a dificuldade de inserção ao mercado começa a ser amenizada. O leite da marca “Terra Livre” passa a ser reconhecido pelos mercados institucionais e o produto pode ser disponibilizado tanto para os consumidores locais quanto para o público atendido pelo PAA.

5.2.3 Organização da Comercialização

A cooperativa desde a sua criação, buscou formas para a comercialização dos seus produtos. Assim, já participou de diversos tipos de mercados, dentre eles as feiras, as entregas a domicílio, atravessador, inclusive para outras cooperativas. Enfim, sempre houve uma busca pela comercialização dos seus produtos. No entanto, a partir da participação nas compras governamentais, ocorreu à ampliação

do mercado local consumidor, o que influenciou significativamente na comercialização.

A cooperativa iniciou a participação no PAA no ano de 2005, entregando inicialmente os seguintes produtos: geleia de pêssego, feijão, mandioca, batata inglesa, abóbora e leite. Nos demais projetos para o PAA também já foram comercializados produtos de origem olerícola como cenoura, beterraba, tempero verde, couve, além de leite e feijão.

Atualmente, a COOPAVA entrega produtos nos municípios de Piratini, Pinheiro Machado e Candiota. Os produtos adquiridos pelo programa são destinados a escolas, APAE'S, hospitais, Pastoral da Criança e Casa da Mãe Gestante.

Figura 17. Distribuição do leite industrializado tipo C via PAA para Porto Alegre



Fonte: Acervo COOPAVA, 2012.

Segundo um agricultor entrevistado

O PAA é o programa governamental mais importante dos últimos anos, porque ele compra alimentos da agricultura familiar, força o agricultor a se planejar, e, além disso, fornece alimentos aos públicos que se encontram em vulnerabilidade social. (F. A. V.)

Neste caso, a comercialização para o PAA representa uma valorização da agricultura familiar, uma garantia de compra e ainda elimina a figura do atravessador. Segundo Grisa et al. (2011, p.1) “o PAA integra as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar.”

Outro fator importante a ser considerado é a promoção da produção da agricultura familiar, conforme depoimento de um cooperado:

O PAA deu visibilidade ao produto da Cooperativa. Fez com que nós ficassemos conhecidos no mercado. Porque a primeira vez que nos entregamos o nosso produto no mercado, voltamos com a metade da carga, porque ninguém conhecia. E quando nos começamos a entregar o leite através do programa nos conseguimos aprovar o produto, e até hoje existem instituições que só compram o nosso leite. (F. A. V.)

Pode-se perceber a importância do PAA para a inserção da cooperativa no mercado local e regional. Ou seja, mesmo com a implementação da agroindústria de beneficiamento de leite, em 1997, a comercialização era bastante limitada e somente com a adesão ao PAA, no ano de 2005, o leite pasteurizado tipo C ficou conhecido na região. Atualmente, o mercado de leite tipo C no município de Piratini é somente atendido pela COOPAVA, não existindo outros concorrentes. São entregues 700 litros de leite por semana em vários pontos de comercialização supermercados, padarias e demais locais de venda de alimentos. Para Grisa et al. (2011),

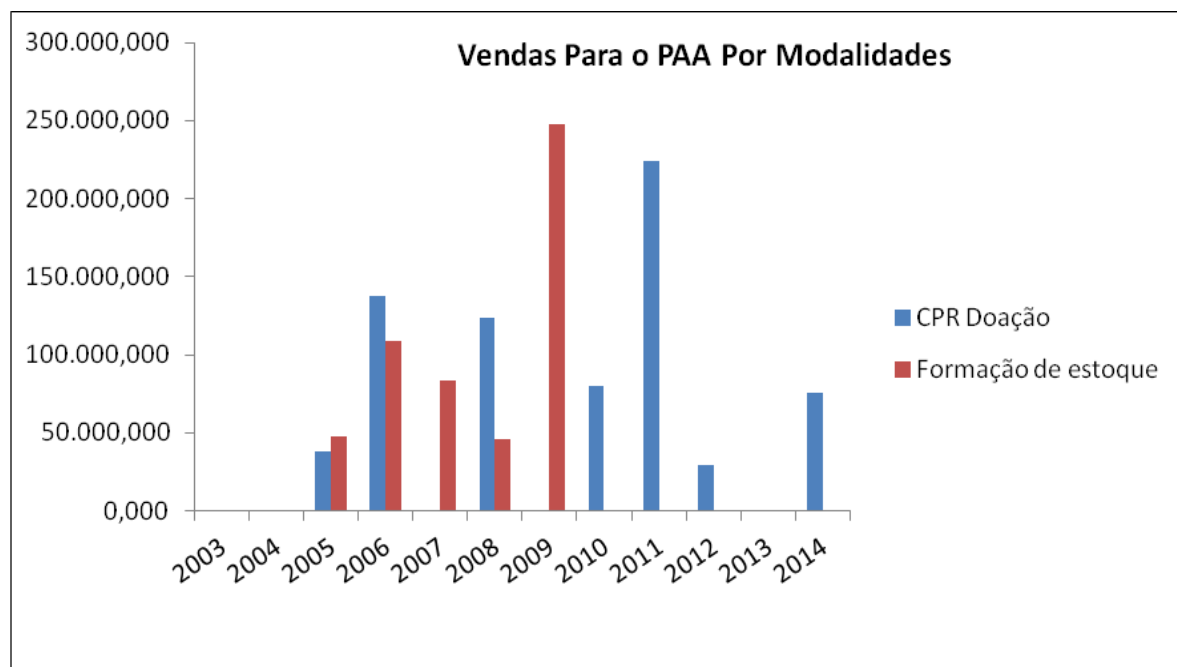
O PAA significa novas possibilidades de ingressar no mercado e, ao mesmo tempo – sobretudo para as famílias do Sul e Centro-Oeste do Brasil –, oportunidades para distanciar-se dos mercados de commodities agrícolas que se mostram inadequados às especificidades dessa categoria social, principalmente no que se refere à escala de produção e ao padrão tecnológico. (GRISA, et al., 2011, p.37)

No período de 2010 a 2014, a cooperativa entregou através do PAA, 294.844Kg de produtos alimentícios, o que gerou um total de R\$ 402.418,40. Sendo o que o leite é responsável por 65% desta comercialização.

Conforme mostra a figura 18, pode-se perceber a evolução da participação da cooperativa ao longo dos anos. A cooperativa inicia sua participação no programa no ano de 2005 e somente no ano de 2013 não ocorrem vendas. Isso se deve, principalmente, aos problemas jurídicos pelos quais o programa passou o que

causou mudanças operacionais, dificultando para algumas entidades beneficiárias continuarem recebendo as doações.

Figura 18. Comercialização de produtos da COOPAVA no PAA - 2003 a 2014.



Fonte: COOPAVA, 2015.

Considerando as informações da figura 19, fica evidente a importância do programa para a geração de renda das famílias vinculadas a cooperativa no município de Piratini. As vendas garantidas oferecem segurança à produção da cooperativa e a renda oportunizada pelo programa estimula a produção diversificada e, conseqüentemente, contribui para a melhoria das condições de vida destas famílias. Segundo Becker et al. (2011),

O advento deste instrumento de política pública pode ser visto como via de fomento ao desenvolvimento rural, o qual, em sua essência, não contempla apenas o plano econômico, mas, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e o estabelecimento de novas relações com outros atores econômicos. (BECKER et al., 2011, p.49)

Portanto, o PAA fortalece a agricultura familiar, pois estimula a organização, o planejamento agrícola, o associativismo das famílias e, portanto serve como um passo importante para a inserção nos mercados institucionais, pois através das exigências operacionais do programa, os agricultores assentados acabam se adequando às normas para a comercialização. Esse processo, por outro lado,

também aponta outras possibilidades de mercados para os produtos da agricultura familiar.

Além da comercialização no PAA a cooperativa também participa do PNAE. Desde a sua implantação a cooperativa comercializa uma média de 12.000 litros de leite por ano. Esta comercialização é destinada às escolas da rede municipal de ensino de Piratini, e também para 2 escolas da rede estadual de educação, localizadas também no município de Piratini.

Segundo o entrevistado F.A.V., *Ainda existem desafios para a comercialização neste programa, porque ainda existem escolas que não querem nosso produto, não porque não gostam, mas porque é mais fácil trabalhar com o leite de caixinha. E também têm escolas que até querem nosso produto, mas com a longa distância não viabiliza o transporte e a comercialização.*

Assim como o PAA, o PNAE ainda apresenta dificuldades para a sua operacionalização. No entanto, esta política pública possibilita a comercialização de parte da produção da cooperativa. Assim, o PNAE é considerado um importante canal de comercialização. Aliado aos demais canais de comercialização, viabilizam a produção e também o acesso aos mercados curtos para a agricultura familiar.

5.2.4 - O associativismo na percepção dos agricultores assentados

Conforme apresentado anteriormente no histórico da cooperativa, os associados desenvolvem as atividades no sistema coletivo, onde a terra, as ferramentas, os meios de produção e o trabalho são divididos entre todos os cooperados. Na figura 19 podem-se observar as atividades da produção de leite, com ênfase na participação das mulheres.

Figura 19. Atividades de ordenha mecânica realizada pelas mulheres da COOPAVA



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Assim, quando questionados sobre as motivações para a inserção do cooperativismo no sistema coletivo, os entrevistados relataram que desde o período de acampamento estudavam e discutiam sobre a cooperação e o trabalho coletivo, assim, a partir do período de acampamento as famílias já estavam cientes e dispostas a conduzir o trabalho neste sistema. Conforme relato de P.S *No acampamento a gente já tinha essa discussão, e hoje estão no grupo coletivo, as famílias que discutiam no acampamento, a gente não sabia se ia dar certo.*

Além disso, existe consenso entre os entrevistados sobre a importância da cooperação e do trabalho coletivo tanto para a cooperativa quanto para seus sócios. Conforme explica F. A. V.,

A cooperação é fundamental para qualquer empreendimento, e no nosso caso, dos assentados é maior ainda porque é povo desprovido de recursos, então eu vejo como uma porta, uma válvula de condições de programas, de comercialização e de desenvolvimento. Eu vejo a cooperação essencial, seja ela de qual nível seja, do mais complexo ao mais simples, de uma associação, de um grupo formal ou do grupo coletivo que eu acho que é muito mais complexo. A cooperação é mais avançada, os desafios são maiores ainda, mas a cooperação no meu entendimento é fundamental.

Nas palavras de outro entrevistado S. A. B: *Facilidade de trabalho e produção e também na especialização da agroindústria a comercialização, garantir uma infraestrutura mínima para poder fazer isso.*

Sobre a importância da cooperativa para a comercialização, todos os agricultores entrevistados concordam que é fundamental, principalmente por agrupar um volume grande de produção. Além disso, a possibilidade de fornecimento de nota fiscal é outro benefício apontado, sendo necessária para efetivar vendas em mercados e programas governamentais.

O cooperativismo torna-se uma alternativa vantajosa para os agricultores familiares, propiciando-lhes sua inserção nos mercados locais e globais, ampliando a sua possibilidade de enfrentamento da concorrência da agricultura empresarial ou patronal. (RIBEIRO, NASCIMENTO e DA SILVA, s. d., p.2)

Quanto à contribuição da formação da cooperativa para a qualidade de vida das famílias, os entrevistados afirmam que os desafios ainda são grandes, no entanto, as famílias conquistaram através do trabalho e cooperação qualidade de vida. Conforme relata S.A.B. *Qualidade de vida na moradia, na infraestrutura, social, das condições de trabalho, diminuiu a penosidade a partir da aquisição das máquinas, da divisão social do trabalho.*

A essência do movimento cooperativista origina-se da solidariedade entre colonos como uma prática corriqueira em seu cotidiano, cultuada, sobretudo, para fazer frente aos obstáculos naturais e às precárias condições de suprimento dos indivíduos e da coletividade. (RIBEIRO, NASCIMENTO e DA SILVA, s. d., p.7)

Para o entrevistado F.A.V. a cooperativa é importante por que:

Porque quando nos viemos para cá, tinha algumas famílias que tinham condições econômicas melhores que as outras e essas condições foram socializadas com aqueles que teriam passado muito mais dificuldade, se não existisse a cooperativa. Ela contribuiu porque a gente vem de uma forma cooperada no início do assentamento, e a gente trabalhou isso muito tempo, depois ela se segmentou, mas nunca deixou de haver cooperação.

5.3 Associação de Produtores Ecológicos Conquista da Liberdade-APECOL

A associação é composta por agricultores assentados nos assentamentos Pa Piratini e Pa Rubira I, ambos localizados no município de Piratini. A associação foi formada primeiramente para viabilizar a comercialização dos produtos agrícolas e para criar novas possibilidades para a geração de renda. A constituição da

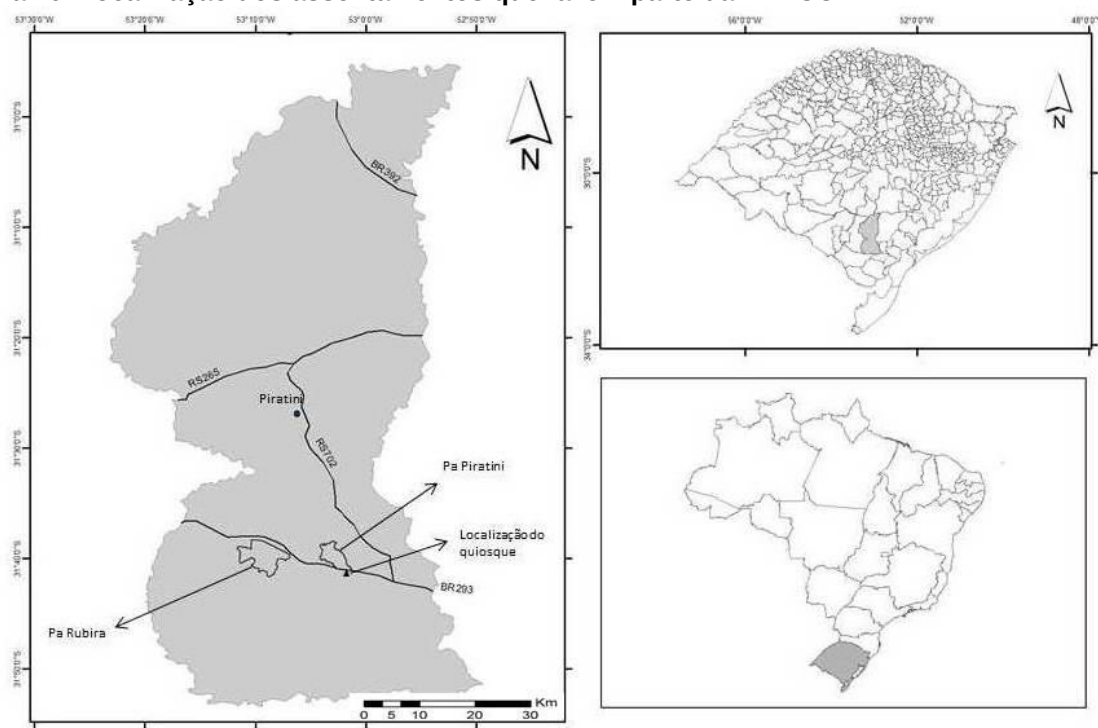
associação faz parte de um longo processo, aliado a trajetória histórica e experiências de vida de cada família.

A APECOL foi criada no ano de 2014, fruto da necessidade de organizar o grupo de produtores de base ecológica, principalmente produtores de sementes agroecológicas, vinculados à Bionatur.

A Rede de Sementes Agroecológicas Bionatur é “uma organização de agricultores assentados de reforma agrária e produtores de sementes de diversas espécies, incluindo hortaliças, plantas ornamentais, forrageiras e grãos, em sistemas de produção de base agroecológica.” (SILVA, 2014, p. 34)

A associação conta com a participação de 10 famílias de agricultores assentados do Assentamento PA Piratini e 3 famílias do assentamento Rubira I.

Figura 20. Localização dos assentamentos que fazem parte da APECOL



Fonte: Organizado pela autora, 2016.

Este grupo sentia a necessidade de criar novas possibilidades de comercialização para seus produtos. Assim, perceberam que com a produção de sementes, não havia destino para o que até então era subproduto, mas que ainda não apresentava valor comercial. Com a coleta das sementes, os frutos acabavam sendo perdidos. Percebendo isso, realizaram reuniões em parceria com a EMATER

para tentar se inserir em novos mercados e realizando o aproveitamento da produção de forma total.

Assim, cabe discutir sobre as principais motivações para a criação desta associação. As famílias que desenvolvem o sistema de produção individual no assentamento optaram por desenvolver diversos sistemas produtivos, dentre eles a produção de grãos, sementes, leite e policultivos. Sendo que os policultivos, prática bastante comum no assentamento, são destinados basicamente ao autoconsumo das famílias.

5.3.1 Perfil socioeconômico dos associados

As famílias que compõem a associação estão assentadas no município de Piratini em período superior a 10 anos. Dentre a faixa etária que compõe a associação, a maior parte dos homens apresenta faixa etária entre 35 a 49 anos. Já entre as mulheres, a maior parte está na faixa entre 35 a 49 anos.

Tabela 7 Faixa Etária e Sexo dos associados da APECOL

Faixa etária	Homem	Mulher
18 a 24	0%	7%
25 a 34	8%	0%
35 a 49	50%	54%
50 a 64	42%	31%
Acima de 65	0%	8%

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quanto à escolaridade, tanto entre os homens, quanto entre as mulheres, o ensino fundamental apresenta a maior representatividade, totalizando 84% entre ambos. Vale destacar a participação de associadas com o ensino superior, totalizando 8% do total de mulheres.

5.3.2 Organização da Produção

No assentamento, atualmente 11 famílias trabalham na produção de sementes agroecológicas. Todo o processo desta atividade é acompanhado pela Bionatur, representada através da Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida Ltda- CONATERRA. “[...] a denominação Bionatur corresponde à marca comercial das sementes” (SILVA, 2014, p.34) que também faz a compra desta produção.

A Bionatur surgiu como uma produtora de sementes no município de Hulha Negra, fruto da necessidade das famílias assentadas no município de trabalhar em uma nova linha de produção, além das atividades que já exerciam e estavam consolidadas. Existia uma estrutura básica de produção, um clima favorável e já existiam empresas trabalhando com a atividade de produção de sementes. Assim, inicialmente vincularam-se a estas empresas, porém, logo perceberam que a atividade não estava adequada a realidade dos assentamentos. Então, construíram a proposta da produção de sementes agroecológicas.

Inicialmente, eram doze famílias produtoras e hoje contam com duzentas e trinta famílias produtoras de sementes.

Hoje, a Bionatur exige organização dos grupos, não é possível ser produtor individualmente, é preciso fazer parte de um grupo de produtores, ou seja, para existir um produtor precisa existir primeiro um grupo de produtores.

O processo de construção da cooperativa vem da ideia de produzir sementes agroecológicas e romper com o modelo convencional de variedades comerciais, assim, foi o início do desenvolvimento do sistema de produção de sementes agroecológicas, e logo em seguida, começou uma série de atividades com os agricultores assentados. Experiências com tentativas, erros e acertos, até chegar a uma experiência exitosa de produção agroecológica de sementes.

A produção leiteira, atividades desenvolvida por 23 famílias, começou a ser desenvolvida no assentamento Pa Piratini ano de 1994 Esta atividade foi incentivada depois das tentativas frustradas de produção agrícola. Primeiramente o pêssego, atividade instalada anteriormente pela empresa Cica Sul, antiga proprietária da área. E, depois a produção intensiva de grãos, tentativa inicial de produção agrícola. Esta frustração se deve primeiramente a crise do pêssego, mas também ao desconhecido ecossistema em que se instalaram.

Quando chegaram ao assentamento, as famílias tiveram bastante dificuldade para produzir em um ecossistema diferente daquele da suas origens. Pois, eram provenientes da região norte do estado, onde o manejo das atividades agrícolas ocorria de forma diferente. Assim, o leite oferecia uma boa oportunidade, já que havia na região, cooperativas para a aquisição do produto.

Com isso, a COOPAVA também investe nesta atividade produtiva, em projetos para a construção de laticínio para a industrialização e comercialização de leite.

Atualmente, existem 13 famílias que desenvolvem comercialmente a atividade no assentamento. Sendo que destas, 11 comercializam o leite com a COOPAVA, também localizada no assentamento. E, 3 famílias comercializam para a Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda - COSULATI.

A COSULATI foi fundada em 1973, a partir da fusão de duas cooperativas. A Cooperativa Regional de Laticínios Pelotense Ltda. - COOLAPEL e a Cooperativa Regional de Laticínios da Região Sudoeste do RS - COLACTI. Localizada no município de Capão do Leão, a cooperativa conta com aproximadamente 5 mil associados.

A execução destas atividades, apesar de bastante representativas no assentamento em geral, não proporcionava renda suficientes para a manutenção familiar na percepção dos associados da APECOL, pois as famílias percebiam que havia potencial maior para o seu crescimento produtivo e também de obtenção de outras rendas no assentamento.

Então, as famílias decidiram se organizar para buscar alternativas produtivas para a geração de renda. Para isso, foram realizadas várias reuniões para a discussão sobre as possibilidades para viabilizar a produção, comercializar seus produtos e, conseqüentemente, garantir renda que proporcionasse boas condições da vida para as famílias.

As famílias, de modo geral, já cultivavam uma grande diversidade de produtos, porém acabavam sendo aproveitados somente para o autoconsumo. Aliado a isso, a produção de sementes gerava grande quantidade de resíduos, que também acabava não sendo tão bem aproveitado. Aliado a isso, surge a proposta da produção de feijão orgânico. Inspirado no sistema de produção de arroz orgânico implantado, com êxito, na região metropolitana de Porto Alegre.

No ano de 2014, inicia-se uma rodada de reuniões com os municípios de Piratini, Canguçu e Pinheiro Machado, com a proposta de construção de um projeto para a viabilização da produção de feijão orgânico. Inspirado no modelo de produção do arroz orgânico da região metropolitana.

A matriz econômica dos assentamentos da região perimetropolitana de Porto Alegre está centrada na cultura do arroz irrigado. Desde a formação dos assentamentos, as famílias buscaram a viabilidade econômica, reproduzindo o modelo de orizicultura convencional. Esse modelo trouxe consequências negativas sob vários aspectos aos assentamentos. Surge, assim, a primeira experiência de plantio de arroz orgânico, que se expandiu pelos demais assentamentos [...] A maior parte da produção de arroz ecológico da Regional Porto Alegre é certificada. Atualmente são 204 famílias envolvidas, com uma área plantada de 1.200 ha e uma produção prevista de 5.200 t de arroz. (VIGNOLO et al, 2011, p. 447)

A ideia inicial era desenvolver atividades para a implantação e produção de feijão orgânico nestes municípios e assim criar subsídios para o desenvolvimento desta atividade como uma alternativa para o desenvolvimento econômico das famílias assentadas nestes municípios.

No município de Piratini, a primeira estratégia para o desenvolvimento deste projeto foi a definição de cultivares que melhor se adaptassem as condições ambientais do município. Para isso, a EMATER com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e representantes do MST optaram pela instalação de uma unidade de experiência com 13 cultivares de feijão.

Esta unidade de observação foi instalada em um lote do assentamento com o apoio de todos os agricultores assentados envolvidos na associação. E assim, o grupo se tornou responsável pela lavoura experimental de feijão. Onde, através de mutirões, os tratos culturais foram realizados conjuntamente, fortalecendo ainda mais os laços de reciprocidade do grupo. (Figura 21)

Figura 21. Plantio e capina na lavoura de feijão orgânico



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Com o apoio da Emater, foram realizados diversos eventos, reuniões, dia de campo, reportagens de televisão, matérias em jornais, com o objetivo de valorizar o trabalho coletivo que estava sendo realizado e também para motivar ainda mais o desenvolvimento da associação e do projeto do feijão orgânico.

Assim, foi desenvolvido um trabalho de motivação e incentivo a produção de feijão orgânico no grupo. Com a divulgação de reportagens e matérias de jornais, o grupo se tornou uma referência na região como produção de feijão orgânico.

Por fim, foi realizada a primeira feira municipal de feijão orgânico onde a APECOL foi a responsável por toda a venda do produto na ocasião. Este evento marcou a vida destas famílias devido ao grande sucesso junto ao público consumidor. (Figura 22)

Figura 22. Feira do feijão orgânico



Fonte: Ascar/Emater Piratini, 2016.

A união de todos estes fatores foi responsável pela criação da associação. Com a decisão do grupo de criar a associação, havia a necessidade de definir o rumo a ser tomado no primeiro momento. Assim, no dia 20/02/15, em uma reunião com os técnicos da EMATER, foram realizados os primeiros levantamentos sobre a produção das famílias e as possibilidades para a comercialização.

Foram sugeridas várias possibilidades para a comercialização dos produtos, sendo que a criação de um quiosque, as margens da BR 293, foi considerada uma grande oportunidade pelo grupo, já que o assentamento está a uma localização bem próxima da rodovia.

O processo de organização da associação e também da criação do quiosque foram desenvolvidos paralelamente durante os meses que sucederam a primeira reunião. Sendo que a construção do quiosque foi coletiva, realizada através de mutirão entre os associados.

As vendas no quiosque iniciaram no mês de agosto, e são realizadas através dos associados da APECOL. Para isso, as famílias organizaram um calendário semanal, onde todos os envolvidos são responsáveis pela comercialização. A cada dia, dois associados são responsáveis pela comercialização dos demais. Esta organização permite a todos a realização de um planejamento tanto para a produção quanto para a comercialização. Neste sentido todos são responsáveis pela execução diária da comercialização.

A comercialização no quiosque é organizada através de um regimento interno que confere as atribuições de cada família, tanto na produção quanto na comercialização. (Figura 23)

Figura 23. Quiosque da APECOL às margens da BR 293



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

São comercializados produtos in natura, como frutas, hortaliças, grãos, sementes, mas também, produtos produzidos artesanalmente, como doces, compotas, queijos, rapaduras, pães.

Cada produto é devidamente identificado através de etiquetas com o nome do produtor. Esta identificação permite que cada família se torne responsável pela qualidade do seu produto e evita possível problemas para o grupo. Pois, as famílias adotam procedimentos diferentes na fabricação dos produtos, o que pode influenciar nas características diferentes nos produtos. (Figura 24)

Figura 24. Produtos comercializados no quiosque da APECOL



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

O transporte dos produtos é realizado também pelos associados que são responsáveis pela rota de recolhimento dos produtos das famílias do assentamento até o quiosque.

No entanto, este processo de logística é apontado como o principal problema pelos agricultores assentados, que desejam adquirir um veículo próprio da associação para a realização deste transporte.

5.3.3 Organização da Comercialização

O grupo de associados desenvolve a comercialização em vários canais de comercialização. No entanto, a comercialização no quiosque e na feira livre é apontada como os canais onde os agricultores assentados comercializam uma diversidade maior de produtos.

Além destes canais curtos já citados, observa-se a existência de outros canais de comercialização que exercem também grande importância para a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

As propriedades em circuitos curtos são mais diversificadas, trabalhando simultaneamente com uma ampla gama de produtos vegetais (olericultura e fruticultura, na maioria) e de origem animal (ovos, queijo, leite e derivados, embutidos, mel). (DAROLD, 2013, p. 10)

A venda direta na propriedade ocorre, principalmente, com a comercialização de animais e grãos em grande volume, geralmente milho e feijão. Na entrega a domicílio as famílias da associação fornecem para consumidores que moram na cidade. Os produtos comercializados são hortaliças, frutas, derivados do leite, feijão, doces, conservas.

A modalidade de exposições e feiras ocorre com menor frequência, geralmente quando surgem eventos locais de caráter agropecuário. Nestes eventos é possível comercializar diferentes tipos de produtos, doces, pães, queijos, compotas, bolachas.

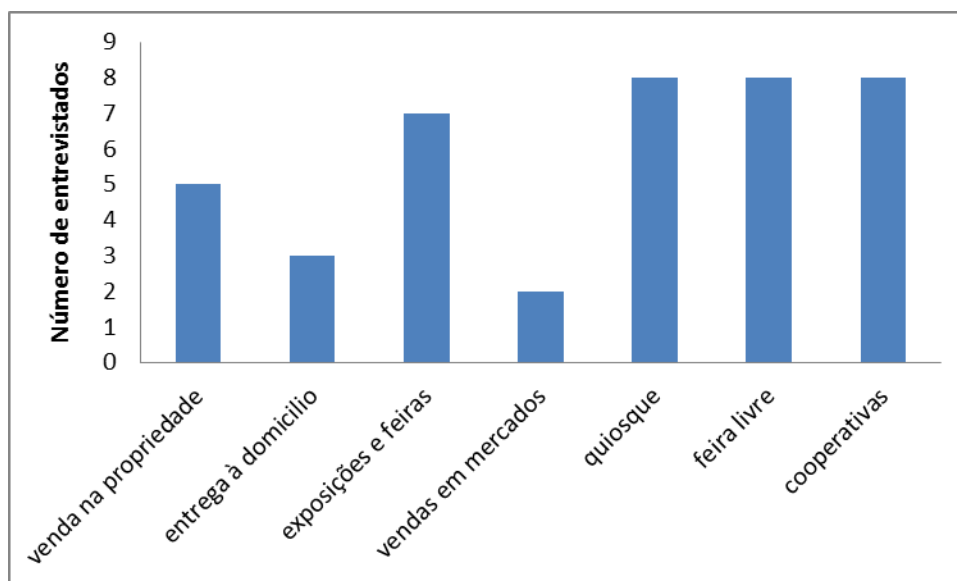
As vendas nos mercados locais ocorrem com menor frequência entre as famílias. Nestes casos, as famílias comercializam produtos que produzem em bastante quantidade, é o caso das laranjas, cebola, beterraba.

O quiosque é o canal de comercialização em que todas as famílias associadas comercializam seus produtos. Sendo que neste canal é disponibilizada toda a diversidade produtiva das famílias, ou seja, todos os tipos de produtos, in natura, minimamente processados, processados artesanalmente, produtos de origem animal, vegetal.

A feira livre ocorre, eventualmente, no município de Piratini, não existe uma frequência definida para acontecer no momento. Atualmente, é realizada sempre que se consegue um transporte para a logística das mercadorias. Nas feiras também é comercializada uma diversidade de produtos.

Por fim, a APECOL, há famílias que desenvolvem a atividade leiteira e comercializam o leite diretamente para a COOPAVA. Nesta comercialização a renda é obtida mensalmente pelas famílias. E, também algumas famílias produzem sementes agroecológicas que são comercializadas para a Cooperativa Bionatur, nas safras de verão e inverno.

Figura 25. Tipos de canais curtos de comercialização utilizados pela APECOL



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Apesar de considerar que os canais curtos abrangem diversas formas de comercialização direta. Os associados da APECOL mencionam o quiosque como o principal canal de comercialização e, desta forma, as respostas dos entrevistados evidenciaram a importância deste na comercialização dos seus produtos.

Assim, a possibilidade de receber semanalmente pela comercialização dos produtos, é o principal indicador de importância para a formação de renda apontada pelas famílias. Conforme o entrevistado J. G. V.

É grande porque despacha a mercadoria que tu tinha, antes de nos ter a feira o comercio ficava mais distante. Então tu abrir o quiosque tu sai do atravessador e acaba chegando ao consumidor direto, é a venda direta. Então toda margem de lucro é tua e isso da estabilidade financeira para as famílias. Tu acaba fazendo o dinheiro que tu não tava acostumado a fazer. Aquela venda de produto que antes não comercializava. E sem contar que quando gente não tinha esse ponto a gente acabava perdendo esse produtos, nos não tinha comercio não tinha como vender, isso ajuda muito.

Mesmo a comercialização sendo realizada no mesmo local e através da organização da associação, os produtos são identificados e o valor recebido é destinado para a família que o produziu. Sendo que os preços praticados, conforme relato dos entrevistados, é baseado no preço do mercado. A partir disso, é feito um acordo dos preços entre os associados. Isso demonstra a preocupação e respeito pelos demais associados: *O preço a gente confere com os demais associados, não pode ser mais nem menos, porque daí tira a freguesia dos outros.*

Além disso, foi apontado que um fator importante para a determinação do preço é a qualidade, principalmente atribuída a produção orgânica/agroecológica que, historicamente, é desenvolvida pelos assentados associados a APECOL. Esta característica é percebida pelos entrevistados como uma das principais razões pelas quais os consumidores adquirem os produtos dos associados da APECOL.

Outro aspecto importante na comercialização nos circuitos curtos é a relação de confiança entre os próprios agricultores assentados, mas também entre agricultores assentados e consumidores. “É nesta proximidade e na identificação que há uma publicidade informal entre os agentes pertencentes a rede social, ou seja, há uma troca de comunicação entre esses consumidores e produtores.” (CAVALHEIRO, 2010, p. 140)

Esta relação de confiança é apontada com grande preocupação pelas famílias, pois reconhecem que as vendas somente ocorrem quando o consumidor confia no produtor e, deste modo, trabalham para, cada vez mais, melhorar a qualidade dos seus produtos e para conquistar os consumidores. Existe uma consciência de que os consumidores somente retornarão se gostarem do produto e confiarem na qualidade.

A evolução de mercados baseados em circuitos curtos pode contribuir para a mudança de hábitos de consumo dos consumidores em relação à alimentação saudável, ao mesmo tempo em que cria novos mercados para a produção de base ecológica. (DAROLD, 2012, p.104)

Assim, segundo V. C.: *É muito importante, a gente que tá produzindo tenta fazer o máximo de qualidade, se ele comprou, que amanhã ele volte. Só vai voltar se gostou, e a gente tem interesse em vender sempre.*

Com o contato do produtor com o consumidor é possível descrever como é processo produtivo, quais foram as praticas adotadas, sugestões de preparos. Segundo Darold et al. (2013), “Graças ao contato direto com o produtor, o consumidor conhece os alimentos que está levando à mesa.” (DAROLD et al. 2013, p.161)

Enfim, com este diálogo é possível criar e fortalecer laços de proximidade e confiança. Para o entrevistado J. G. V.:

É o segredo do mercado, o consumidor ter confiança ter certeza que o produto que ta comprando tem origem, produto serio, limpo, produto que além de conservar a natureza, é um produto saudável, que não vai colocar o consumidor em risco. Eu acho que isso o principal, é a garantia, e aquela que vai te dar condições do cara que comprou, voltar a comprar de novo porque levou um produto de qualidade. É a principal propaganda. Se o consumidor não gosta do que comprou, enganado, esse não compra mais.

Nessa banca a gente já tem um punhado de cliente que alguns produtos já chamam pelo nome, produto de tal fulano. E isso já é confiança.

Com relação à produção para o autoconsumo, “compreendida como aquela produção realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo” (GRISA, s. d., p.1), mesmo considerado uma prática bastante comum na vida dos associados da APECOL, também foi influenciada pelas vendas no quiosque, pois as famílias estão cultivando diversidade de produtos e estes acabam sendo também consumidos pelas famílias, proporcionando uma diversificação produtiva, mas também alimentar para os agricultores.

5.3.4 O associativismo na percepção dos agricultores assentados

Dentre os principais motivos apontados pelos agricultores assentados entrevistados para a inserção na associação, está a possibilidade de comercializar os produtos. Segundo J. G. V.,

É preciso agrupar força, estar organizado, é preciso pensar junto, compartilhar as ideias consegue avançar e ter mais êxito. Quando tu tá sozinho é uma cabeça, quando tu consegue agrupar mais gente, por mais humilde que seja o participante, ele sempre tem algo para contribuir.

Para a comercialização a associação é considerada indispensável, principalmente por potencializar a organização para a distribuição dos produtos nas feiras. Segundo V. C.: *Juntar todos os produtos é mais fácil. Tem mais produtos, facilita. O consumidor sabe que na associação tem o produto, se não tem de uma família tem da outra.* Para outro entrevistado, E. A. S.: *Todo mundo tinha produto, só não aparecia. Agora o pessoal tá aumentando a produção.*

Os objetivos comuns, a participação, a troca de experiências, a ajuda mútua e a solidariedade são aspectos que aparecem nas práticas associativistas enquanto instância de organização de pequenos produtores rurais frente à intensificação de problemas no contexto da atividade agropecuária, em especial aqueles ligados à produção e à comercialização. (NORONHA e HESPANHOL, 2006, p.4)

O associativismo rural pode ser considerado uma estratégia para a inserção dos agricultores assentados familiares aos mercados visto que pode oferecer uma maior quantidade e diversidade de produtos. Para M. H. *É uma forma de juntar de vários produtores, tem uma diversidade, e que ela possa ter estrutura, insumos, compra de produtos. Até buscar mercadorias, logística, também um capital de giro.*

Com a criação da associação, os agricultores assentados já percebem grandes progressos, tanto de ordem social quanto de ordem econômica. Segundo o agricultor assentado V. C.: *Além do financeiro, até a autoestima, principalmente os aposentados se distraem, conversam.*

Os benefícios sociais são atribuídos por contribuir para a união das famílias, e ainda por fortalecer os laços afetivos entre a vizinhança. Percebe-se também, que a associação e, por conseguinte a comercialização no quiosque, melhorou a autoestima das famílias, uma vez que as famílias estão sendo valorizadas pelo trabalho que desenvolvem. Nas palavras de J. G. V.: *Hoje nos conseguimos fazer o que há muito tempo não fazia. Sentar o grupo e almoçar, conversar, dar risada E de uma maneira natural né. Quebrando esse gelo e aproximando as famílias.*

O potencial emancipatório das práticas cooperativas estaria na possibilidade de articular ganhos econômicos com ganhos sociais, culturais e políticos e o êxito desses empreendimentos estaria associado a sua capacidade de se inserir em redes de colaboração e de apoio. (PIRES, 2010, p.2)

Os resultados econômicos são compreendidos por oportunizar renda semanal às famílias, que antes dependiam somente da atividade leiteira ou do atravessador para a geração de renda. Com as feiras e o quiosque, apresentam uma nova fonte de ganhos financeiros. Segundo M. H.: *Porque da um giro semanal, tem semanas que as famílias pegam bastante dinheiro, até mais que o leite.*

Também já se observa uma mudança no padrão de alimentação, que atualmente é bastante diversificado. *É uma renda a mais na família. Porque tem gente se não fosse a feira muita gente passava fome. (S. C. N.)*

Em razão de necessidades econômicas, algumas famílias buscavam no trabalho assalariado, a renda para a manutenção das necessidades da família. Para isso, deslocavam-se até a região da Serra Gaúcha para trabalhar, nos tratos culturais da uva, principalmente poda e colheita. A partir das vendas no quiosque, estas famílias já não necessitam mais sair do lote para buscar renda, ou seja, a renda é oriunda do trabalho da família no lote. Segundo E. A. S.: *As famílias que trabalhavam para fora, agora estão pensando que agora não precisa mais. As ideias estão mais unificadas e as responsabilidades mudaram, e tem transparência na gestão. Então estamos mostrando com resultado econômico.*

As declarações dos associados demonstram que o êxito desta associação perpassa pelos resultados econômicos adquiridos. Principalmente porque a criação da associação possibilitou a integração social e cultural entre as famílias. Existindo

uma real preocupação das famílias com os demais integrantes, o que demonstra reciprocidade e resgate das formas mais primitivas do cooperativismo, através da cooperação, ajuda mútua e dos mutirões.

5.4 A Importância dos canais curtos de comercialização

Os programas governamentais de aquisição de alimentos da agricultura familiar apresentam diversos benefícios para os agricultores familiares. De maneira geral, estes programas incentivam a produção da agricultura familiar pois garantem parte da comercialização da produção.

Além disso, é possível verificar que os programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, estimulam a organização rural, através da necessidade de planejamento, principalmente para fornecer os produtos no período indicado. Por outro lado, as exigências legais podem restringir o acesso amplo a todos os agricultores, mas, contribuem para a execução normatizada do projeto.

Além de todos os avanços que as compras governamentais proporcionam aos agricultores familiares, o consumo de alimentos locais estimula o resgate de alimentos tradicionais e promove ainda a diversificação da produção que também é destinado ao consumo nas próprias unidades familiares.

No entanto, ainda existem desafios a serem superados, e que merecem uma discussão mais aprofundada. Primeiramente, destacam-se os limites para a comercialização anual por unidade familiar, que ainda é considerado um valor bastante baixo. Conforme estudo realizado por Hespanhol (2013), “Outro problema destacado se refere ao valor fixo anual pago pelo programa aos produtores cadastrados, sendo uma reivindicação recorrente entre estes a ampliação da cota anual.” (HESPANHOL, 2013, p.482)

Apesar de todas as vantagens apontadas por diversos estudos, ainda existe dificuldades para o acesso, tanto da própria organização de agricultores, como também dos municípios que são responsáveis pela implantação do PNAE e de algumas modalidades do PAA.

É importante observar que muitos municípios não estão conseguindo ultrapassar as barreiras burocráticas e da necessidade de desenho de novas políticas públicas para implementá-lo, precisam de apoio para superar estas limitações. (BAVA, s.d., p.182)

Além disso, é necessária a inserção nos demais canais de comercialização, para proporcionar a autonomia dos agricultores familiares, e garantir outras possibilidades de comercialização, e diminuir a dependência de somente um canal de comercialização.

A criação destes novos mercados é estratégica diante da preocupação que os agricultores familiares não se tornem dependentes do PAA, tendo como única opção de comercialização um programa que estabelece limites anuais de compra e ainda possui uma operação sujeita à incerteza quanto à disponibilidade de recursos. Esta preocupação tem sua importância acrescida num momento em que o programa é (ainda) concebido como uma política de governo com ações localizadas e, muitas vezes, descontinuadas, e não permanente (uma ação de Estado). (GRISA et al., s.d., p. 12)

Sendo assim, os canais curtos de comercialização apresentam-se como uma alternativa importante para agricultores familiares, pois proporcionam, além dos demais benefícios, autonomia no processo de venda. O que se contrapõe aos mercados convencionais, que tornam os agricultores familiares subordinados às exigências do mercado, que por sua vez estabelece as regras de comercialização.

Além de possibilitar autonomia no processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar, nos circuitos curtos se estabelecem relações sociais de proximidade, confiança e solidariedade, entre os consumidores e agricultores mas também entre os próprios agricultores. Estas relações sociais são potencializadas pelos laços de proximidade da própria organização de agricultores, tanto nas associações, cooperativas e também nos grupos informais.

Os circuitos curtos de comercialização, neste sentido, vão além dos resultados econômicos da comercialização. Eles proporcionam visibilidade, fortalecem a autoestima dos agricultores e, além disso, são espaços de participação e resistência frente às dificuldades impostas pelo mercado capitalista convencional.

Assim, as organizações sociais de agricultores contribuem significativamente no processo de comercialização nos circuitos curtos de comercialização, pois, primeiramente, conseguem apresentar uma maior disponibilidade de produtos; divisão de tarefas entre os agricultores (mutirões, ajuda mútua); diminuição dos custos (transporte, insumos, infraestrutura). Ou seja, potencializam ações que trazem benefícios para os próprios agricultores vinculados a estas organizações sociais.

CONCLUSÕES

Este estudo se propôs a compreender como se organizam os mercados locais, a partir das relações sociais, e a importância dos canais curtos para comercialização dos produtos da agricultura familiar no município de Piratini-RS.

A partir do estudo realizado foi possível constatar, primeiramente, que as organizações sociais da agricultura familiar contribuem significativamente para a organização da comercialização, e através desta é possível atender uma maior diversidade de mercados e comercializar um maior volume de produtos. Além disso, a importância das cooperativas e associações de agricultores para a comercialização nos circuitos curtos supera os resultados econômicos do processo de comercialização. Apesar dos ganhos econômicos conquistados através da comercialização nos circuitos curtos representar grande importância para a manutenção da unidade familiar, identificam-se outros benefícios relacionados a este fenômeno de comercialização.

Percebe-se que as relações sociais vivenciadas pelas famílias, sejam entre os agricultores que fazem parte das organizações sociais, ou entre estes e os consumidores urbanos, são consideradas como conquistas positivas no processo de valorização da agricultura familiar na escala local. A interação entre as famílias, o estímulo à diversificação da produção, a melhoria da autoestima, a participação de jovens e idosos, a valorização do trabalho da mulher, foram relacionados à participação nas organizações sociais e nos circuitos curtos de comercialização.

Ainda como resultados positivos, a comercialização nos circuitos curtos promove a diversificação alimentar através da prática do autoconsumo. O autoconsumo representa a autonomia (autossuficiência no abastecimento alimentar, economia de renda, manutenção de tradições agrícolas herdadas dos antepassados, entre outras) capaz de assegurar a segurança alimentar da família, mesmo, muitas vezes, sendo invisível aos olhos da sociedade em geral, das políticas públicas e até mesmo dos atores principais envolvidos neste contexto, ou seja, os agricultores familiares.

Ainda que a comercialização nos circuitos curtos seja responsável pela melhoria na qualidade de vida das famílias dos agricultores, tanto no aspecto econômico quanto social, é possível identificar que ainda existem dificuldades a

serem superadas, principalmente para os agricultores que residem em locais de difícil acesso, distantes do mercado consumidor. Para estes, as feiras livres, as entregas a domicilio e demais canais de comercialização que dependem de transporte, ocorrem com bastante dificuldade. Sendo necessária a atenção das políticas públicas para viabilizar a comercialização nestes casos.

E, por fim, quanto ao papel dos mercados institucionais, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, no âmbito das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, este representa uma estratégia importante para amenizar o problema da inserção da agricultura familiar no mercado. Além disso, o programa proporcionou às famílias beneficiadas uma alimentação saudável e diversificada, dando visibilidade aos produtos locais. Com a possibilidade de diversificar a produção, os agricultores retomaram algumas culturas e práticas agrícolas que haviam se perdido através do tempo e, atualmente, se apresentam como possibilidade de geração de renda e também manutenção dos hábitos alimentares, garantindo o autoconsumo familiar.

O PAA combina duas importantes propostas de mudança social, distribuir alimentos para as pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar e adquirir alimentos da agricultura familiar viabilizado a comercialização dos produtos destas unidades familiares.

Cabe destacar, que especificamente para a COOPAVA, as compras governamentais deram visibilidade aos produtos da cooperativa, e a confiabilidade junto aos consumidores, gerada através dos programas, demonstra a presença de um mercado consolidado para a agricultura familiar local.

Ainda, sobre a produção agroecológica desenvolvida pela APROBECO e APECOL, além de gerar renda, também significou a possibilidade de consumir uma alimentação saudável, ou seja, oportunizou a garantia de comercialização e também promoveu a produção de alimentos “limpos e justos” para toda a sociedade.

A partir do estudo realizado, foi possível identificar o significado dos mercados sociais. Portanto o conceito de mercados sociais compreende a união dos elementos econômicos, sociais. Onde os ganhos econômicos estão relacionados às dinâmicas sociais que ocorrem direta ou indiretamente pelas famílias, seja através da valorização do trabalho da mulher, do associativismo, da interação social, do resgate das tradições, valorização dos produtos locais e a valorização da agricultura familiar.

Conclui-se que os circuitos curtos de comercialização representam uma importante estratégia para a manutenção e reprodução social e territorial da agricultura familiar no município de Piratini.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Serviço Público: Novos Desafios Para A Extensão Rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.

ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires; FERREIRA, Enéas Rente. TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA, IDENTIDADE E REPRODUÇÕES SOCIAIS: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v.2, n. 4, p. 82-97, ago. 2007.

BAVA, Silvio Caccia. **Circuitos Curtos de Produção e Consumo**. Disponível em: http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/silvio_bava.pdf> Acesso em: 13 fev. 2016.

BECKER, Cláudio.; SACCO DOS ANJOS, Flávio. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. **Rompendo as amarras da exclusão: estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos entre agricultores familiares do extremo sul gaúcho**. Disponível em: < <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/243/181>> Acesso em 07 jun. 2015.

BORGES, Juliano Luis. Bases Históricas do Cooperativismo no MST. **Revista fato & versões** . n. 3 ,v. 2 , p.157-173 , 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – 2. ed. – Brasília: MAPA/SDC/DENACOOOP, 2008. 36 p.

BRASIL. **Lei Nº 5.764, de 16 De Dezembro De 1971**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm>. Acesso em: 01 set. 2015

BRASIL. **Lei Nº 10.406, de 10 de Janeiro De 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 01 set. 2015

BRUMMER, Anita. **Qual a “vocalção” produtiva da Agricultura Familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na Agricultura gaúcha.** In: TEDESCO, João Carlos (orgs). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 223-254

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. Associação. Brasília: **SEBRAE**, 2014. 46p.

CAVALHEIRO, Elizangela Mara. **A Construção Social de Mercados para os produtos da agroindústria familiar.** 2010. 214p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010

CHELOTTI, Marcelo Cervo. HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. A Instalação De Assentamentos Rurais e a Inserção De Novos Agentes No Espaço Agrário Do Município De Sant'ana Do Livramento-RS. **Revista Formação (Online)**, v.2, n. 10, p.51-73, 2003.

CONCRAB. **Sistema Cooperativista dos Assentados.** Cadernos de cooperação, nº5, 1997. 76 p.

COSTA, Luciano de Souza. **O Cooperativismo: Uma Breve Reflexão Teórica.** Disponível em:<

<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminarario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%E7%F5es/ART%207%20-%20O%20cooperativismo%20-%20uma%20breve%20reflex%E3o%20te%F3rica.pdf>>; Acesso: 04 jan. 2016

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio, PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.** Brasília, 2009. p. 9-46.

DAROLT, Moacir. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE; P.A. ALMEIDA; L.; VEZZANI, F.M.. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

DAROLT, Moacir R. LAMINE, Claire e BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, p.8-13, junho de 2013.

DAROLT, Moacir R. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Rev. Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abril 1998.

EMATER. **Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em: <http://www.emater.tcche.br/site/> Acesso em: 05 set. 2015

FANTINEL, Roberta Aparecida; BENEDETTI, Ana Caroline Paim. Avaliação dos fatores influentes na vulnerabilidade à erosão do solo por meio de decisão multicritério e de técnicas de geoprocessamento no município de Piratini-RS. **Ciência e Natura**, Santa Maria v.38 n.1, p.156-163, 2016, Jan.- Abr.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística**. Disponível em: 26 out. 2015

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)**. SP, 1999, 318p. Tese Doutorado (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FILHO, Miguel Henrique da Cunha; PINHEIRO José César Vieira. **Algumas Considerações Sobre o Cooperativismo Agrário Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/10P467.pdf>> Disponível em: 10 nov. 2015.

FLIGSTEIN, Neil e DAUTER, Luke. A Sociologia Dos Mercados. **Caderno Crh**, Salvador, v. 25, 66, p. 481-504, set. /dez. 2012.

FREITAS, Alan Ferreira de, DIAS, Marcelo Miná, AMODEO, Nora Presno, SILVA, Márcio Gomes da. **Políticas Públicas, Promoção do Desenvolvimento e Formação de Organizações Locais: Entre a Imposição e a Apropriação**. 2009, Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <http://www.ufv.br/der/wpapers/ext_rural/TD06-09%20ER%20-

%20Polit%20publ%20prom%20desev%20e%20form%20org%20locais.pdf>; Acesso em: 03 dez. 2015

GAZOLLA, Marcio, PELEGRINI, Gelson. **A Construção Social Dos Mercados Pelos Agricultores: O Caso Das Agroindústrias Familiares**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/226.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2015.

GERLACH, Fábio Ravazi. **Impactos do associativismo na Pecuária Leiteira Paulista: Estudo de Casos**. Dissertação de Mestrado. 2004, 166p. Centro de Ciências exatas e de Tecnologia. Universidade Federal de São Carlos

GRISA, Cátia. SCHMITT, Claudia Job.; MATTEI, Lauro Francisco.; MALUF, Renato ergio, LEITE, Sergio Pereira. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à Segurança Alimentar e Nutricional e à Criação de Mercados Para a Agricultura Familiar. **Agriculturas**, v. 8, nº 3, p.34-41, 2011.

GRISA, Cátia. SCHMITT, Claudia Job.; MATTEI, Lauro Francisco.; MALUF, Renato ergio, LEITE, Sergio Pereira. **O Programa De Aquisição De Alimentos (PAA) Em Perspectiva: Apontamentos e Questões Para o Debate**. Disponível em: http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA-versao_livro.pdf. Acesso em: 10 jan. 2016

GRISA, Cátia, SCHNEIDER, Sergio. **Os Determinantes Da Produção Para Autoconsumo Na Agricultura Familiar: Um Estudo Comparativo No Rio Grande Do Sul**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos/agricultura-sessao2-2.doc>>. Acesso em: 19 dez 2015

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidades de Políticas de Segurança Alimentar para a Agricultura Familiar. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 25 (3): 469-483, set/dez/2013
HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **Ação Coletiva no Meio Rural: As Associações de Produtores na Região de Presidente Prudente**. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Rosangela%20Ap%20de%20Medeiros%20Hespanhol.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2015

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades Infográficos, Piratini**, 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431460&search=rio-grande-do-sul|piratini>> Acesso em: 03 fev. 2015.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: <
http://www.incra.gov.br/reforma_agraria> Acesso em: 10 ago. 2015

INCRA. **Relatório Ambiental dos Assentamentos da Reforma Agrária de Piratini**. Porto Alegre, 2007.

MATOS, Patrícia Francisca e PESSOA, Vera Lucia Salazar. As Tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano: o caminho metodológico da pesquisa. In: MARAFON, Gláucio José (Org). **Pesquisa Qualitativa em Geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2013. p. 151-171

MALFITANO, Ana Paula S. e MARQUES, Ana Cláudia R. A entrevista como método de pesquisa com pessoas em situação de rua: questões de campo. **Caderno Terapia Ocupacional**. UFSCar, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 289-296, 2011.

MAPA- **Ministério da Agricultura**. Disponível em: <
<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/control-social-rpo>> Acesso em: 10 já. 2016

MATTE, Alessandra, WAQUIL, Paulo Dabdab, NESKE, Márcio Zamboni. **Dinâmicas Socioeconômicas E Produtivas Das Microrregiões Campanha Meridional E Serra Do Sudeste - RS**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa21-dinamicassocioeconomicasprodutivasmicroregioescampanhameridional.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2015

MATTEDI, Cécile Raud. A Construção Social do Mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na Sociologia Econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20, nº 57, p.127-142, 2005.

MATTEDI, Cécile Raud. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política e Sociedade**. n. 6, p.59-80,2005.

MATTOSINHO, Cynthia Marise Dos Santos; FREIRE, Poliana Pionório; CARVALHO, Michelle Caroline Varjão De. **O Empreendedorismo No Âmbito Das Associações Rurais**. Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2010, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em: <
<http://www.sober.org.br/palestra/15/1030.pdf>> Acesso 01 dez. 2015.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Usos e Abusos Dos Estudos De Caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p.637-651, set./dez, 2006.

NIEDERLE, Paulo André. Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, p.4-7, junho de 2013.

NIEDERLE, Paulo André; SCHUBERT, Maycon Noremberg; SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. In: Sheila Doula; Ana Louise Fiúza; Erly Cardoso Teixeira; Janderson dos Reis; André Luis Lima. (Org.). **A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados**. 1ed.Viçosa: Suprema, 2014, v. 1, p. 43-68.

NORONHA, Elias Oliveira, HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. **Perspectivas da Produção Agrícola Familiar em Relação ao Associativismo Rural: um estudo de caso no Município de Presidente Prudente (SP)**. Disponível:< <http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t42.pdf>>. Acesso em: 01 set 2015.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; HESPANHOL, Antônio Nivaldo . **O Associativismo e o Desenvolvimento Territorial Rural do Pontal do Paranapanema-SP**. Disponível em: < <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/27.pdf>> Acesso em: 15 no. 2015

PESSOA, Vera Lucia Salazar e RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica. In: MARAFON, Gláucio José (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013. p.117-134

PIRES , Maria Luiza Lins e Silva. “**Extensão Rural e Cooperativismo: O Que Há de Novo Nessa Relação?**” Aportes teórico metodológicos para o trabalho de Extensão Rural Comunicação. Disponível em : < <http://docplayer.com.br/6684742-Extensao-rural-e-cooperativismo-o-que-ha-de-novo-nessa-relacao-aportes-teorico-metodologicos-para-o-trabalho-de-extensao-rural.html>> Acesso em: 05 nov. 2015.

PIRES , Maria Luiza Lins e Silva. **O Cooperativismo Agrícola Como Uma Forma de Neutralizar as Desvantagens Competitivas da Agricultura Familiar. Em análise a Coopercaju**. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-2786-1.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

PLOEG, Jan Douwe van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p.114-140, mai./ago. 2011.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**/ Karl Polanyi; Tradução de Fanny Wrobel, Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2000.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas Da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

RIBEIRO, Kleber Ávila; NASCIMENTO, Deise Cristiane; DA SILVA, Joelma Fabiana Barros. **A Importância Das Cooperativas Agropecuárias Para O Fortalecimento Da Agricultura Familiar: O Caso Da Associação De Produtores Rurais Do Núcleo Vi – Petrolina/Pe**. Disponível em: <
[http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/_up_imagens/\(ok\)_ii_ebcp_avila_ribeiro.pdf](http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/_up_imagens/(ok)_ii_ebcp_avila_ribeiro.pdf)>
Acesso em: 19 dez 2015.

ROSISTOLATO, Rodrigo. “Você sabe como é, eles não estão acostumados com antropólogos!”: uma análise etnográfica da formação de professores. **Pro-Posições** v. 24, n. 2 (71) p. 41-54 maio/ago. 2013

SÁNCHEZ, Arturo Lahera. **La Crítica De La Economía De Mercado En Karl Polanyi: El Análisis Institucional Como Pensamiento Para La Acción**. Reis, 86/99, pp 27-54. Disponível em: <
http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_086_04.pdf> Acesso em: 04 mar. 2015

SCHNEIDER, José Odelso. A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais. **Cadernos Gestão Social**, v.3, n.2, p.251-273, jul./dez. 2012

SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ (SEPLAG). **Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul: Agropecuária**. Disponível em:
<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=819&cod_menu=817&tipo_menu=ECONOMIA&cod_conteudo=1590>. Acesso em: 16 maio 2016.

SELL, Jaciele Carine. **Diferentes Modelos, Diferentes Caminhos: A Busca Pela Sustentabilidade Ambiental No Município de Piratini, RS.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM/RS, 2011.

SILVA, Juniele M., MENDES, Estevane de Paula P. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, Gláucio José (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Geografia:** reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2013. p. 207-221

SILVA, E. L. da, MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SILVA, Bruno Jacobson; ROVER, Oscar José. VASCONSELOS, Sócrates de São Paulo. Circuitos Curtos De Comercialização De Alimentos Orgânicos E A Promoção De Práticas De Reciprocidade E Emancipação Social. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, p.1-12, 2014.

SILVA, Patrícia Martins da; GAIARDO, Aldair; INHAIA, Alcemar; MORALES Márcio Garcia; ANTUNES, Irajá Ferreira. Rede de Sementes Agroecológicas Bionatur uma trajetória de luta e superação. **Agriculturas** • v. 11 - n. 1 • abril de 2014. P. 33 -37

SUERTEGARAY, Dirce M. Pesquisa De Campo Em Geografia. **Geographia**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 64-68, jul.2002.

SULZBACHER, Aline Weber. Agroindustrialização em Assentamentos Rurais: Concepções e Experiências a Partir do MST e da Execução do Programa Terra Sol no Rio Grande Do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 41, V. 1 - Págs. 67-93 - jan. de 2014.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre Cooperação e Cooperativas em Assentamentos Rurais. **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: p. 84-94, 2007.

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa. Estudando como as coisas funcionam.** Porto Alegre: Penso, 2011.

STEDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** Expressão Popular. 2012

STORCHI, Ceres. ROMAN, Vlademir. **Centro histórico de Piratini: preservação e valorização**. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2012.

VIGNOLO, Antônio Marcos dos Santos; PEREIRA, Antônio Augusto Alves; FAGUNDES, Leandro Feijó; SILVA, Celso Alves da; LOVATO, Paulo Emílio. A Produção de Arroz Orgânico nos Assentamentos da Reforma Agrária na Região Perimetropolitana de Porto Alegre, RR. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 447-466, maio/ago. 2011

YIN, Robert K., **Estudo de Caso. Planejamento e Métodos**. 4^a ed. Tradução: Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXOS

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGRICULTORES

Nome do entrevistado:

Assentamento: Grupo:

1. Social

1) Quanto tempo reside no assentamento. Qual o município de origem:

Até de 5 anos	
5 a 10 anos	
10 a 15 anos	
Mais de 15 anos	

3) Quantas pessoas residem no lote.

1 a 3	
3 a 5	
Mais de 5	

4) Como é formada a renda na propriedade?

Venda de produtos agrícolas	
Venda de produção pecuária (e derivados)	
Venda de produtos artesanais (quais?)	
Atividades agrícolas fora da propriedade (remunerado)	
Aposentadoria/pensão.	
Atividades não agrícolas/serviços realizados. (quais?)	

5) Quais produtos cultivam na sua propriedade? Com qual finalidade?

Culturas	AC	C	Culturas	AC	C
Amendoim			Tomate		
Mandioca			Morango		
Feijão			Hortaliças		
Milho			Pepino		
Batata-doce			Leite		
Batata-inglesa			Ovos		
Frutas			Mel		
Abobora			Sementes		

AC - Autoconsumo

C - Comercialização (1- Comércio atacadista; 2- comércio varejista - armazéns; 3- feiras livres; 4 agroindústria; 5 - intermediário

2- Comercialização

06) Como é realizada a venda dos seus produtos.

- () Venda na propriedade () Entrega domicilio () PAA () PNAE
() Exposições/feiras () Vendas nos mercados () Quiosque
() Feira livre () Outra

07) Em qual canal consegue vender o maior volume de produtos. Por quê?

08) Com que frequência consegue vender seus produtos.

- () Diária () Semanal () Mensal () Eventual

07) Quais as principais dificuldades encontradas para a comercialização dos produtos.

- () Logística para o transporte () Preço pago pelos produtos
() Distância do mercado consumidor () Outra
() Exigências sanitárias/ambientais/tributárias

09) Qual a importância destes canais para a formação de renda da família?

10) O que determina o preço dos produtos?

11) Em sua opinião, por que o consumidor consome seus produtos?

12) É importante a relação de confiança entre produtor e consumidor? Isso influencia na comercialização? Como?

13) A prática do autoconsumo foi afetada de alguma forma com a comercialização dos produtos agrícolas? E, houve um aumento na diversificação da produção?

Organizações sociais da agricultura

1) Qual o principal motivo para sua inserção em na cooperativa/associação?

2) Qual a importância da cooperativa/associação para a comercialização?

3) A formação da cooperativa/associação contribuiu para a melhoria das condições de vida das famílias?

4) Quais as principais dificuldades enfrentadas pela cooperativa/associação na comercialização dos produtos?